

Sofia Raquel de Jesus Brito da Rocha

**A EXPERIÊNCIA DE VIDA E AS EXPECTATIVAS FUTURAS DE
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE RSI**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2010

Sofia Raquel de Jesus Brito da Rocha

**A EXPERIÊNCIA DE VIDA E AS EXPECTATIVAS FUTURAS DE
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE RSI**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2010

Sofia Raquel de Jesus Brito da Rocha

**A EXPERIÊNCIA DE VIDA E AS EXPECTATIVAS FUTURAS DE
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE RSI**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, ramo Clínica e da Saúde, sob orientação da Doutora Glória Jollúskin

Porto, 2010

Agradecimentos

Dedico este espaço para agradecer a todos os que foram importantes nesta etapa:

- Aos meus pais, irmão e tia por todo o apoio e incentivo dado quando perdia a esperança de conseguir terminar esta tese;

- Aos meus amigos, em especial à Marlene, pelo apoio incondicional neste processo e em toda a minha vida;

- À Dra. Glória Jollúskin por ter aceite em orientar esta tese e pela sua dedicação e paciência em corrigir e orientar as inúmeras versões deste trabalho;

- À Dra. Helena Marujo (autora do estudo dos Açores) e à Dra. Regina Rodrigues (Coordenadora Regional do RSI do Arquipélago dos Açores) por terem autorizado a utilização do guião e me terem enviado um exemplar do livro “Álbuns de Família de Viva Voz”;

- À Dra. Judite Regueiras (Ex-Coodenadora do NLI de Gondomar) pelo seu parecer positivo aquando do pedido de autorização formal para a realização deste estudo com os beneficiários de RSI com os quais trabalho;

- Ao CDSS Porto, nomeadamente ao Dr. Luís Cunha (Director do Centro Distrital do Porto), à Dra. M^a Fátima Pinto (Directora do Núcleo de Qualificação de Famílias e Territórios), à Dra. M^a Fernanda Guerra (Directora da Unidade de Desenvolvimento Social) por terem autorizado superiormente o estudo;

- À Dra. Elsa do Centro Social de Soutelo pela cedência de um exemplar do livro do estudo do Projecto Interagir;

- A todos aqueles que não desejavam que progredisse nos estudos o que me deu mais força para continuar.

A todos muito Obrigada!

Agradecimentos

Dedico este espaço para agradecer a todos os que foram importantes nesta etapa:

- Aos meus pais, irmão e tia por todo o apoio e incentivo dado quando perdia a esperança de conseguir terminar esta tese;

- Aos meus amigos, em especial à Marlene, pelo apoio incondicional neste processo e em toda a minha vida;

- À Dra. Glória Jollúskin por ter aceite orientar esta tese e pela sua dedicação e paciência durante este processo;

- À Dra. Helena Marujo (autora do estudo dos Açores) e à Dra. Regina Rodrigues (Coordenadora Regional do RSI do Arquipélago dos Açores) por terem autorizado a utilização do guião e me terem enviado um exemplar do livro “Álbuns de Família de Viva Voz”;

- À Dra. Judite Regueiras (Ex-Coodenadora do NLI de Gondomar) pelo seu parecer positivo aquando do pedido de autorização formal para a realização deste estudo com os beneficiários de RSI com os quais trabalho;

- Ao CDSS Porto, nomeadamente ao Dr. Luís Cunha (Director do Centro Distrital do Porto), à Dra. M^a Fátima Pinto (Directora do Núcleo de Qualificação de Famílias e Territórios), à Dra. M^a Fernanda Guerra (Directora da Unidade de Desenvolvimento Social) por terem autorizado superiormente o estudo;

- À Dra. Elsa do Centro Social de Soutelo pela cedência de um exemplar do livro do estudo do Projecto Interagir;

- A todos aqueles que não desejavam que progredisse nos estudos o que me deu mais força para continuar.

A todos muito Obrigada!

Resumo

Este trabalho procurou conhecer a percepção que os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) sobre a sua vida e quais as expectativas que mantém para o futuro, baseando-nos no estudo de Marujo e Neto (2007) realizado nos Açores. Foram inquiridos 33 agregados familiares beneficiários de RSI (pais, mães e filhos) através de entrevistas. Os resultados demonstram a existência de opiniões convergentes e divergentes entre os membros das famílias. Em ambos os estudos podemos verificar que os elementos parentais referem, em grande parte, que a sua infância foi pautada por momentos de elevada dificuldade que se tornaram marcantes. Contudo esses momentos não deixaram que os beneficiários deixassem de atribuir uma primordial importância à sua família, não conseguindo imaginar as suas vidas sem ela. Para os pais, a família que possuem é a ideal, não questionando qualquer alteração. Pelo contrário mães e filhos salientam que a família onde estão inseridos nem sempre é a ideal, sugerindo o que seria necessário alterar. Apesar das alterações necessárias, todos os elementos referem que os momentos mais importantes para eles são os passados em famílias pois encontram-se todos reunidos a partilhar experiências e relatam o seu quotidiano. Por outro lado, o seu dia-a-dia é caracterizado, na sua generalidade, como rotineiro e o responsável por sentimentos de desvalorização e frustração. Pais e mães receiam pelo seu futuro, pela sua condição de saúde, pela sua falta de capacidade de mudar a sua vida e proporcionar aos filhos o que sempre desejaram e nunca conseguiram alcançar. Para o futuro os filhos apenas ambicionam ter emprego e a família reunida. Esses sonhos vivem anexados à ânsia de que algo aconteça para mudar a sua condição de beneficiário autonomizando-se economicamente, de forma a poder ter a vida ideal com a família que desejam em seu redor. Apesar de todas as diferenças culturais presentes nas duas regiões geográficas, constatamos que a experiência de vida dos beneficiários de RSI, o seu estilo de vida e as expectativas futuras são idênticas quer nos Açores, quer em Rio Tinto o que significa que a condição de beneficiário não se encontra condicionada pelas características das áreas geográficas, mas sim por variáveis pessoais e familiares.

Resume

This study aimed to know the perception that beneficiaries of Integration Income (II) have of their lives and what expectations hold for the future. This work was based on the study that Marujo and Neto (2007) held in the Azores. We inquire 33 II beneficiaries (fathers, mothers and children) through interviews. The results show that there are convergent and divergent points of views among the beneficiaries. As there were found on Marujo and Neto (2007) study, the majority of parents characterized their childhood as full of unforgettable high and difficult moments. However, the beneficiaries still give a huge importance to their family and they cannot be unable to imagine their lives without them. To parents, their family is the ideal, does not think to change anything. By the other hand, mothers and children point out that, their family is not always the ideal and they easily suggest what would be necessary to change. Despite the pointed out necessary changes, all elements said that the most important moments are when they are all together when they share experiences and report their daily life. Furthermore, in general, the beneficiaries consider their day as a routine responsible for feelings of devaluation and frustration. Fathers and mothers fear for their future, health condition, the lack of ability to change their life and show fear not to be capable to give children what they always wanted and never have achieved. For the future, children only aimed to have a job and their family with them. They wish that something happened to improve their life and to become economically independent. When they achieve that, they can live happily with their family around. Despite all the cultural differences in Azores or Rio Tinto, we find that the life experience of beneficiaries, their lifestyle and their expectations for the future are the same whether the region they live, which means that the condition of beneficiary is not connected the geographic characteristics, but with personal and family variables.

Résumé

Ce travail a été fait dans le but de mieux connaître le regard que porte les bénéficiaires du « Revenu Social d'Insertion » (RSI) sur leur propre vie et quelles sont leurs attentes pour l'avenir, en nous appuyant sur l'étude de « Marujo e Neto » (2007) effectué aux Açores. Trente trois (33) familles bénéficiaires du RSI (pères, mères et enfants) ont répondu aux questions posées lors d'entretiens. Les résultats montrent l'existence d'opinions convergentes et divergentes entre les bénéficiaires. Dans les deux études, nous avons constaté que les parents disent, la plupart du temps, que leur enfance a été marquée par des moments de grandes difficultés qui sont restés gravés dans leurs mémoires. Malgré toutes ces difficultés, ces bénéficiaires n'ont jamais cessé d'attribuer une importance primordiale à leurs familles. Les pères ont tendance à moins évoquer ou à minimiser les problèmes rencontrés au sein du foyer, donnant une vision relativement idéale de leur vie de famille. Par exemple, ils ne s'interrogent pas sur des changements éventuels ou des évolutions nécessaires. Au contraire, mères et enfants verbalisent beaucoup plus les problèmes et insatisfactions rencontrés ainsi que les évolutions attendues et nécessaires. Parents et enfant se rejoignent néanmoins sur le constat suivant : si leur vie quotidienne peut être ressentie comme routinière, avec de vrais moments de frustration et de dévalorisation, les moments passés ensemble au sein du foyer restent les plus importants. Parents ont peur pour leur avenir, pour leur état de santé, pour leur manque de capacité ou de moyens à changer leur vie et procurer à leurs enfants ce qu'ils ont toujours désiré et n'ont jamais réussi à atteindre. Les enfants, eux, se contentent d'attend avoir un travail et une famille unie dans le futur. Ces rêves sont annexés à un espoir que « quelque chose se passe » et change leur condition pour qu'enfin ils cessent de dépendre d'autrui et puissent avoir une vie meilleure : être autonomes économiquement, améliorer le sort de leur famille. Malgré toutes les différences culturelles des deux régions géographiques auditées, nous constatons que l'expérience de vie passée des bénéficiaires du « RSI », leur style de vie actuel et leurs attentes pour l'avenir sont identiques, aussi bien aux « Açores » qu'à « Rio Tinto ». La condition des bénéficiaires n'est pas la résultante de caractéristiques géographiques, mais de variantes personnelles et familiales communes aux 2 régions.

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| I – Fundamentação Teórica | 3 |
| 1. Análise das necessidades da população de Rio Tinto | 3 |
| 2. Exclusão Social e Pobreza | 4 |
| 4. O Rendimento Social de Inserção | 10 |
| 5. Características dos beneficiários de RSI que limitam a inserção social | 13 |
| 5.1. O estado de saúde da população beneficiária | 13 |
| 5.2. A monoparentalidade e as suas implicações | 15 |
| 5.3. O percurso escolar dos beneficiários | 16 |
| 5.4. O contexto profissional e o desemprego na exclusão social | 18 |
| 6. Álbuns de Família: De Viva Voz | 21 |
| 7. Conclusão | 29 |
| II- Estudo Empírico | 31 |
| 1. Introdução | 31 |
| 2. Objectivos | 31 |
| 2.1. Objectivo Geral | 31 |
| 2.2. Objectivos Específicos | 31 |
| 3. Metodologia | 32 |
| 4. Procedimento | 33 |

| | |
|--|----|
| 5. Amostra | 34 |
| 6. Apresentação dos Resultados | 35 |
| 6.1. A Identidade da Família | 36 |
| 6.1.1. A importância da Família | 36 |
| 6.1.2. A forma como recordam a infância | 39 |
| 6.1.3. Ser mãe/pai/filho | 43 |
| 6.1.4. Os irmãos | 46 |
| 6.2. Os rituais | 47 |
| 6.2.1. Os momentos mais importantes em família | 47 |
| 6.2.2. O quotidiano | 50 |
| 6.2.3. Os problemas relatados pelas famílias | 54 |
| 6.3. Os afectos | 58 |
| 6.3.1. A imagem reflectida do espelho | 58 |
| 6.3.2. O que os filhos referiram gostar | 60 |
| 6.3.3. Os medos e a tristeza | 61 |
| 6.3.4. O amor na família | 65 |
| 6.4. Expectativas em Relação ao Futuro | 68 |
| 6.4.1. Se soubesse o que sei hoje | 68 |
| 6.4.2. Os sonhos | 70 |
| 6.4.3. A família ideal | 74 |
| 7. Análise dos Resultados | 77 |

| | |
|-------------------|----|
| 8. Reflexão Final | 81 |
| Bibliografia | 83 |
| Anexos | |

Índice de Anexos

Anexo 1: Guião da Entrevista

Anexo 2: Pedidos de Autorização referentes ao estudo dos Açores

Anexo 3: Pedido de Autorização ao Centro Distrital de Segurança Social do
Porto

Anexo 4: Consentimento informado dos participantes

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Categorias e temas no Estudo de Marujo e Neto (2007) | 22 |
| Tabela 2: Tabela de frequências e percentagem das idades da amostra | 35 |
| Tabela 3: A importância da Família na perspectiva dos pais | 36 |
| Tabela 4: A perspectiva das mães quanto à importância da família | 37 |
| Tabela 5: A importância da família para os filhos | 38 |
| Tabela 6: As memórias da infância paterna | 40 |
| Tabela 7: A infância das mães | 41 |
| Tabela 8: A percepção dos filhos da sua infância | 42 |
| Tabela 9: A experiência de ser pai | 43 |
| Tabela 10: O significado de ser mãe | 44 |
| Tabela 11: O significado de ser filho | 45 |
| Tabela 12: A descrição dos irmãos | 46 |
| Tabela 13: Os momentos mais importantes em família para os pais | 47 |
| Tabela 14: Os momentos mais importantes em família para as mães | 48 |
| Tabela 15: Os momentos mais importantes para os filhos | 49 |

| | |
|--|----|
| Tabela 16: O dia-a-dia dos pais | 50 |
| Tabela 17: O quotidiano das beneficiárias | 52 |
| Tabela 18: O dia-a-dia dos filhos | 53 |
| Tabela 19: Os problemas relatados pelos pais | 54 |
| Tabela 20: A perspectiva das mães sobre os problemas | 55 |
| Tabela 21: Os problemas dos filhos | 57 |
| Tabela 22: A auto-percepção paternal | 58 |
| Tabela 23: A auto-percepção maternal | 59 |
| Tabela 24: O que os filhos gostam | 60 |
| Tabela 25: Os medos relatados pelos pais | 61 |
| Tabela 26: Os medos maternais | 62 |
| Tabela 27: As reacções dos filhos quando se sentem tristes | 64 |
| Tabela 28: A percepção paternal do amor na família | 65 |
| Tabela 29: A percepção maternal do amor na família | 66 |
| Tabela 30: A percepção filial do amor na família | 67 |
| Tabela 31: As alterações que os pais efectuariam | 68 |

| | |
|---|----|
| Tabela 32: O que as mães mudariam se soubessem o que sabem hoje | 69 |
| Tabela 33: A Os sonhos dos pais | 71 |
| Tabela 34: Os sonhos das mães | 72 |
| Tabela 35: Os sonhos dos filhos | 73 |
| Tabela 36: A família ideal na perspectiva dos pais | 74 |
| Tabela 37: A família ideal na perspectiva das mães | 75 |
| Tabela 38: Os desejos dos filhos para a sua família | 76 |

Introdução

O presente estudo foi realizado no âmbito da tese para a obtenção do grau de mestre em Psicologia, ramo Clínica e da Saúde. Teve como objectivo geral analisar a forma como os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) percebem a sua vida e quais as suas expectativas para o futuro.

Na primeira parte desta tese abordam-se as temáticas que sustentam o estudo empírico. Iniciamos a exposição teórica com uma breve referência ao contexto sócio-demográfico da freguesia de Rio Tinto, onde os dados foram recolhidos, de forma a contextualizar a amostra. Apresentamos, também, os dados de Cardoso, Teixeira & Ramalho (2007) referentes à taxa de empregabilidade, à forma de ocupação diária da população, aos níveis de escolaridade e aos apoios sociais de que beneficiam.

Posteriormente, abordamos a definição de exclusão e a sua variabilidade consoante os autores, fazemos alusão à forma como pode, ou não, ser sinónimo de pobreza, assim como, à forma como estes dois conceitos se relacionam e quais as consequências para o indivíduo.

No seguimento do tema exploramos o conceito de pobreza. Condição esta que pode, ou não, ser temporária na vida dos cidadãos, mas quando instalada acarreta consequências devastadoras a nível biopsicossocial. Passa a ser necessário um trabalho de reabilitação para minorar as consequências.

Uma forma de minorar o impacto da pobreza e fazer face às necessidades mais básicas é recorrendo a medidas de apoio social como o RSI. Neste quarto ponto definimos no que consiste a medida e de que forma auxilia o processo de inserção social.

Os indivíduos, já considerados como beneficiários de RSI, apresentam condicionantes à sua integração social, tais como o delicado estado de saúde da população, as alterações da tipologia familiar que condicionam as dinâmicas familiares,

o insuficiente grau de escolaridade dos beneficiários que não os torna compatíveis com as escassas ofertas do mercado de trabalho e a elevada taxa de desemprego.

Finalmente, apresentamos um estudo realizado nos Açores com beneficiários de RSI, em que foram analisadas as suas experiências de vida e expectativas futuras. Este estudo despertou o interesse em verificar se em Rio Tinto a realidade seria idêntica. Assim, o estudo tornou-se a base de fundamentação teórica para a investigação, por nós realizada, na parte empírica.

Na segunda parte desta tese começamos por definir os objectivos (geral e específicos), pela apresentação da metodologia, do procedimento efectuado e por uma breve caracterização da amostra. De seguida apresentamos os dados e uma análise detalhada dos discursos dos beneficiários.

Finalizo a tese a com uma reflexão que engloba a conclusão do estudo realizado, as limitações e a aplicações para a prática.

I- Fundamentação Teórica

1. Análise das necessidades da população de Rio Tinto

De acordo com o levantamento demográfico realizado através dos últimos censos em 2001, o concelho de Gondomar (distrito do Porto), estende-se numa área de 131,9 km² e é povoado por 164.096 habitantes. A cidade de Gondomar subdivide-se em doze freguesias, sendo uma delas Rio Tinto (INE, 2001).

A freguesia de Rio Tinto ocupa apenas 9,2 km² da área territorial de Gondomar. Contudo aloja 47.695 habitantes (29% da população da cidade), sendo dessa forma considerada uma área urbana (INE, 2001).

O estudo mais recente sobre a população de Rio Tinto foi desenvolvido em 2007 pelo Centro Social de Soutelo (Instituição Privada de Solidariedade Social), no âmbito do Projecto Interagir, com o objectivo de avaliar as necessidades da Freguesia.

Através do estudo acima referido foi possível constatar que em Rio Tinto residem mais indivíduos do sexo feminino (54,8%), sendo a dimensão média dos agregados de 3,02 elementos (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

Das diversas dimensões analisadas no estudo, focamo-nos nas comuns com as variáveis por nós analisadas. No que diz respeito à forma como ocupavam o seu dia, 47,1% dos inquiridos encontravam-se a trabalhar. Os restantes distribuíam-se por três classes, os desempregados, os estudantes e os pensionistas (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

No que concerne ao emprego, dos indivíduos desempregados, 27% eram jovens que procuravam o primeiro emprego, 7,7% referiram ter crianças a cargo e, por serem famílias monoparentais sem retaguarda, não conseguiam colocação laboral compatível com o horário escolar dos filhos. Os restantes já tinham trabalhado e encontravam-se desempregados por motivos diversos (despedimento, doença, etc.) (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

A elevada taxa de desemprego e a dificuldade em encontrar colocação profissional deve-se, também, aos níveis de literacia da população. Ao nível da escolaridade verificaram que 6,6% apresentavam analfabetismo, 28,2% tinham o 1º ciclo encontrando-se os restantes divididos pelo 2º e 3º ciclo. Assistiu-se, por isso, a reduzidos níveis de escolaridade. (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

Assim, os baixos níveis de escolaridade dificultavam a inserção profissional, e conseqüentemente, a escassez económica levava a que 7,9% dos participantes nesse estudo tivessem referido receber apoios monetários. Destes apoios, 44,4% eram oriundos da Segurança Social (onde incluímos o RSI). Os restantes beneficiavam de apoios escolares ou familiares (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

Apesar de uma percentagem dos indivíduos serem apoiados pela Segurança Social, continuavam a viver com extremas dificuldades económicas devido, essencialmente, a problemas de saúde ou ao desemprego. Dos indivíduos inquiridos pelo projecto apenas 37,2% acreditavam que um dia iriam conseguir sair dessa situação (Cardoso, Teixeira & Ramalho, 2007).

A precária situação económica em que os beneficiários vivem é causa e/ou consequência de diversos factores que não permitem que os beneficiários melhorem as suas condições de vida. No seguinte ponto encontramos explicações detalhadas dos mecanismos da pobreza e a sua repercussão na exclusão social.

2. Exclusão Social e Pobreza

Verificamos em Rio Tinto, à semelhança de outras áreas geográficas, a situação de pobreza em que os indivíduos de RSI vivem e a forma como se sentem excluídos da sociedade. Dessa forma, tornou-se importante abordar esta temática de modo a melhor retratar a realidade das famílias beneficiárias.

Um dos fenómenos mais complexos e multifacetados, que inquieta as instituições políticas e sociais, é a exclusão social. Embora não seja um fenómeno

recente, assume características distintas das existentes na sociedade tradicional (Dias, 1998).

Para socialmente se poder utilizar a expressão “exclusão social”, é necessário classificar e qualificar os indivíduos. Existe uma diversidade de definições de exclusão social de acordo com a corrente que estejamos a abordar (Almeida, 2003). Para Esteves (2000), a noção de exclusão social engloba, além do plano económico, o plano físico, ético, educacional, cultural e moral.

A exclusão emerge com a agudização das desigualdades vivenciadas pelos indivíduos, que origina a oposição entre os que investem os seus recursos na participação social e aqueles que, carecendo desses mesmos recursos, não o conseguem fazer (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999).

Outras opiniões possuem autores como Paugam (2003) e Costa (1998) que definem que um indivíduo é considerado socialmente excluído, quando atingiu a situação extrema de ruptura com o mercado de trabalho, com as ligações familiares, afectivas e de amizade.

De uma forma mais global, a exclusão social pode também ser definida como o resultado de um conjunto de situações como, a falta de recursos económicos, o isolamento social e o limitado acesso aos direitos civis e sociais. Trata-se de um conceito relativo dentro de qualquer sociedade particular que representa uma progressiva acumulação de factores económicos e sociais ao longo do tempo (CEIES, 1999). Os elementos que podem contribuir para a efectivação da exclusão social são os problemas laborais, os estilos educativos e de vida, o estado de saúde, a nacionalidade, as dependências, as desigualdades sociais e a violência (Conselho Europeu, 2001).

Estes elementos já tinham sido focados por Costa (1998) aquando da classificação da exclusão social de acordo com as suas causas, definindo cinco tipos de exclusão social: económica, social, cultural, patológica e por comportamentos auto-destrutivos.

O primeiro tipo de exclusão referia-se à do tipo económico. Caracterizava basicamente pela pobreza devido à falta de recursos financeiros, assistia-se habitualmente a más condições de vida, baixos níveis de escolaridade e baixas qualificações profissionais. Quando se prolongava no tempo tem repercussões a nível psicológico, cultural e comportamental, chegando, no seu extremo, à situação de sem abrigo.

A segunda forma de exclusão é a de tipo social, que se reflectia ao nível dos laços sociais pelas situações de privação relacional, nomeadamente, situações de isolamento, derivado da falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. Nesta categoria enquadravam-se muitas vezes idosos, deficientes e indivíduos com doenças crónicas que se encontravam acamados.

O tipo de exclusão de nível cultural encontrava-se na terceira posição e englobava o racismo, a xenofobia, os ex-reclusos e a exclusão de minorias étnicas. Os indivíduos que se inseriam neste tipo de exclusão caracterizavam-se por se encontrarem numa situação em que, pelos motivos supracitados, se tornam diferentes, não encontrando um espaço na sociedade.

A penúltima forma de exclusão prendia-se com a exclusão de origem patológica, na qual se inseriam indivíduos que padeciam de patologias psicológicas ou psiquiátricas. Nesta categoria incluíam-se muitas vezes os indivíduos com profundas rupturas familiares, que originavam problemas de saúde mental, assim como se inseriam os indivíduos sem-abrigo (devido ao facto de padecerem de perturbação psiquiátrica, dos hospitais da especialidade darem preferência ao regime de ambulatório e das famílias não terem condições para lidar com a patologia em casa).

A última forma de exclusão era a motivada por comportamentos auto-destrutivos. Referia-se a comportamentos como o alcoolismo, a toxicoddependência e a prostituição. Qualquer um destes problemas podia ser causa ou origem de serem sem-abrigo. Nesses casos os sem-abrigo colocavam-se nesta categoria.

Os beneficiários inquiridos na vertente prática desta tese distribuem-se por quase todos os tipos de exclusão, à excepção da cultural (xenofobia, ex-reclusos e minorias étnicas). Os participantes não se incluem nesse tipo de exclusão apenas porque, as famílias com quem tivemos maior facilidade em contactar, não incluíam membros pertencentes a minorias.

Analisando as categorias referidas por Costa (1998), podemos verificar que muitas vezes os problemas de exclusão encontram-se sobrepostos, necessitando de uma profunda análise sobre quais as causas e as consequências dessa exclusão.

Rodrigues, Samagaio, Ferreira e colaboradores (1999) classificaram o indivíduo excluído como incapaz de ter uma entidade social na comunidade, na família ou mesmo no trabalho. Como referiu Rosanvallon (1995, p.204), “ (...) *os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha no tecido social*”.

Para além de todas as condicionantes anteriores, a exclusão engloba processos que dificultam a sua extinção como o seu carácter cumulativo, dinâmico e persistente que leva a processos de reprodução (intergeracional) e evolução. Estes processos são, ao mesmo tempo, consequência e causa de diversas rupturas na coesão social (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, et al., 1999).

De todas as dimensões da exclusão social, a pobreza é, provavelmente, uma das mais visíveis. Contudo, certos autores substituem diversas vezes o termo “pobreza” pelo “exclusão social” utilizando-as como sinónimos (Almeida, Costa, Nicolau, et. al, 1992).

Independentemente de serem consideradas como sinónimos, existe uma relação de causa-efeito na ruptura social. Esta relação traduz-se na consciencialização de que a exclusão social e a pobreza se reforçam mutuamente (Marinho, 2009).

Pereirinha (1995) começou por distinguir estes dois conceitos. Definiu pobreza como sinónimo de escassez económica, sendo, por isso, entendida como a deficiente forma como os recursos estão distribuídos pelas famílias na sociedade. O autor associou

exclusão social aos aspectos relacionais do fenómeno da pobreza que não permitem a inserção.

Mais tarde, Costa (2008) avançou com uma definição mais simplificada da de Pereirinha. Assim, conceptualizou a pobreza como apenas um dos factores que leva a que um indivíduo seja excluído da sociedade e impedido de participar na vida social.

Para se analisar o impacto da pobreza nos indivíduos, primeiro é necessário conceptualizar o tempo em que os mesmos permanecem nessa condição. Assim, distinguimos pobreza temporária (curtos períodos de desemprego, por exemplo) da duradoura (desemprego de longa duração) (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, et. al, 1999).

Ao ser considerado socialmente pobre, o indivíduo encontra-se limitado ao nível das suas relações sociais, está excluído dos meios que anteriormente frequentava e fica circunscrito a um meio onde coabitam pessoas com nível económico semelhante ao dele. Esses indivíduos caracterizam-se por terem passado pelas mesmas privações e por terem sentido a mesma dificuldade em aceder a determinados recursos sociais. Trocam experiências de fracasso e de desalento que lhes orientam o quotidiano (Costa, 1998).

No estudo elaborado em 2002 (aquando da transição para o RSI) acerca do impacto que o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) teve na população beneficiária, verificaram que o ciclo vicioso de pobreza englobava diversas variáveis colectivas (económicas, sociais, familiares, de género, físicas). O ciclo dava ao beneficiário a noção de que não era responsável pelos seus problemas nem tinha como sair deles, permitindo que ele se desresponsabilizasse do processo de inserção (CNRM, 2002).

Face à situação de exclusão que os beneficiários se encontravam, não se tratava de desresponsabilizá-los, mas sim de assumirem que a exclusão é considerada uma responsabilidade individual com várias condicionantes, como por exemplo, as escassas redes de suporte, o estado de saúde, a escassez de laços afectivos, a monoparentalidade, o papel da mulher na sociedade, entre outros (CNRM, 2002; Paugam, 2003).

Neste ponto, abordamos a exclusão social, qual a sua definição e a sua relação ou associação com a pobreza. Contudo, o conceito de pobreza não é estanque, vai sofrendo alterações ao longo dos anos. No final do século XX surgiu o conceito de “nova pobreza” constituída pela degradação do mercado de trabalho, a proliferação de empregos com condições instáveis, o elevado número de desempregados de longa duração, bem como pelo enfraquecimento das relações sociais (Paugam, 2003).

Apesar da sociedade, actualmente, estar a passar por um período de profunda crise económica, ainda não verificada nem referida em 2003 por Paugam, os motivos que nesse ano levaram à pobreza são equivalentes aos que pautam a crise económica actual. Foldvary (2007) referiu que a crise que se perspectivava para 2008/2009 era caracterizada pela falência das empresas, *lays-offs*, despedimentos em massa e um abrandamento económico mais acentuado. E estava correcto.

Uma das estratégias adoptadas pelos países para minimizarem o impacto da pobreza na sociedade é implementação de medidas de protecção social que ajudem a esbater as diferenças de poder económico. Esse efeito é menor em Portugal, o que justifica os níveis de pobreza existentes (Capucha, 2000).

Em síntese, podemos verificar que o cidadão pobre é simultaneamente desprovido de todo o género de poder (político, económico, social, cultural, de influências, de pressões sociais, etc.). Para inverter a situação é importante devolver gradualmente o poder ao indivíduo para ele recuperar a sua ambição e auto-estima (Buss, 2007; Costa, 1998). Assim, uma das formas de minimizar a situação de pobreza, é através do RSI que, como o próprio nome indica, tem com objectivo, a reinserção social.

4. O Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma das medidas sociais para indivíduos no limiar da pobreza, à qual a população inquirida recorreu. Foi instituído pela Lei nº13/2003, de 21 de Maio e veio substituir o RMG de 1996.

O RSI consiste *“numa prestação incluída no subsistema da solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuem para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária”* (artigo nº1, Decreto-Lei 13/2003 de 21 de Maio).

O carácter inovador desta política de combate à exclusão, reside no facto de ser mais que apenas uma prestação pecuniária e aliar à prestação um programa de inserção (PI). O PI é constituído, em primeiro lugar, pelo tipo de acções a desenvolver para combater a exclusão social e colmatar as principais necessidades verificadas (ex. a escassez económica para as despesas de habitação e saúde, o desemprego, a baixa escolaridade, as situações habitacionais, entre outras). Em segundo lugar, pelas entidades parceiras envolvidas no processo de inserção. Em terceiro, pelos os eventuais apoios a conceder, quais os destinatários e, por último, pelas obrigações assumidas pelo titular e/ou pelos restantes membros do agregado familiar (Moutinho, Machado & Felino, 2006).

Através da medida do RSI, em última instância, pretende-se a alteração da situação dos indivíduos, por exemplo, da situação de desempregados para empregados, como forma de garantir uma remuneração e por consequência, autonomização do indivíduo do RSI (Soares, 2009).

O RSI, para um indivíduo isolado e sem qualquer fonte de rendimento, tem como valor de referência, o valor da prestação da pensão social (em 2010 de 189,52€). Esta medida poderá ser encarada de certa forma como de promoção da cidadania, visto os beneficiários terem perante a sociedade e perante o Estado, direitos e deveres que deverão ser respeitados. Apesar de ser incontornável possuir uma vertente prestacional e

solidária, foi a forma que o Estado encontrou de apoiar os mais carenciados. O RSI veio instaurar o direito legal aos mínimos sociais como um direito de todos os cidadãos e uma obrigação Estatal (Diogo, 2007).

A população beneficiária de RSI é constituída por um leque muito diversificado de indivíduos. Em 2008, aquando da recolha destes dados as famílias essencialmente caracterizavam-se por terem recorrido ao RSI há alguns anos por motivos de despedimento, doença ou falência de empresas. Agora em 2010, assiste-se ao aumento do número de titulares da prestação mais novos, recém-saídos do ensino secundário ou então recém-licenciados (enfermeiros, engenheiros, professores, entre outros) que não encontram colocação no mercado de trabalho. Segundo dados de Setembro de 2009 referentes ao 1º semestre de 2009, 21% dos titulares encontravam-se entre os 25 e os 34 anos, enquanto em 2007 seriam apenas 11% (Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (CNRSI), 2009b), 2009c)).

Segundo Diogo (2007, p. 31), *“os conceitos de pobre e beneficiário do RMG apresentam uma divergência em relação aos aspectos identitários: a ideia de pobre, com todas as variações e cambiantes, é exterior e anterior ao Estado, enquanto que a ideia de beneficiário de RMG é uma criação política estatal que visa, precisamente combater a pobreza e a exclusão social”*.

O beneficiário de RSI normalmente caracteriza-se por estar emerso num quadro de extrema carência económica. Na maior parte das vezes encontra-se excluído do mercado de trabalho, correndo o risco de, se não houver qualquer intervenção intermédia, ter um efeito catastrófico ao prolongar-se a situação de desemprego. A inserção social possibilitada através do cumprimento do PI traduz-se na definição de prioridades e no estabelecimento metas com os indivíduos e os respectivos familiares directos, no sentido de iniciarem procedimentos que lhes permitam aceder aos seus direitos, ou seja, dar-lhes a oportunidades para se inserirem (Capucha, 2008; Soares, 2009).

Com o acompanhamento de proximidade com as famílias beneficiárias e pela experiência de trabalho adquirida, verifica-se, por diversas vezes, que a inserção social

dos beneficiários de RSI é um complexo e sinuoso percurso. A dificuldade neste caminho reside em aspectos cuja solução, muitas vezes, não está em seu poder, requerendo uma preparação da sociedade para a sua integração. De forma a ilustrar esta dificuldade, podemos exemplificar os desempregados com idade acima dos 40 anos que nos programas de inserção é acordada a acção “inserção em mercado laboral” e, apesar da elevada motivação dos beneficiários para trabalhar, não há resposta social/laboral para estes cidadãos, não estando, desta forma, em seu poder solucionar a sua situação de desemprego.

Assim, o RSI, como medida de protecção social, visa o apoio imediato aos beneficiários suprimindo as suas necessidades mais básicas tendo como objectivo último a autonomização dos beneficiários. Contudo, apesar dos esforços realizados esta autonomização nem sempre é possível no imediato, ou nem sempre é de todo possível.

O estudo realizado sobre o impacto do RMG (CNRM, 2002) traçou seis perfis de beneficiários de acordo com as suas características comuns e as suas variabilidades de exclusão: desempregados de longa duração (DLD), famílias com problemas de saúde no agregado, minorias étnicas, famílias com jovens em situação de marginalidade, indivíduos isolados e famílias monoparentais. Os beneficiários inquiridos na nossa parte empírica possuem perfil compatível com os definidos por CNRM (2002) nomeadamente, no que diz respeito aos beneficiários que se encontram em DLD, à sua condição de saúde, ao isolamento e à monoparentalidade.

Como indicador, a 29 de Dezembro de 2009 foram publicadas as estatísticas referentes ao mês de Novembro do mesmo ano, onde se contabilizaram 158.819 famílias beneficiárias de RSI o que perfazia um total de 409.991 beneficiários a nível nacional (CNRSI, 2009 a))

No ponto seguinte tentamos explicar as quatro principais características dos beneficiários, ou da sua situação actual, pelos quais o objectivo final de inserção social nem sempre é cumprido.

5. Características dos beneficiários de RSI que condicionam a Inserção Social

Da análise realizada no primeiro ponto sobre os habitantes inquiridos da freguesia de Rio Tinto, pudemos verificar que esses indivíduos apresentavam carências económicas, uma grande taxa de desemprego, baixa escolaridade, necessidade de apoios sociais constantes, ou seja, encontravam-se excluídos socialmente.

5.1. O estado de saúde da população beneficiária

No ciclo vicioso de pobreza, os problemas de saúde não são, geralmente, os únicos e não é fácil distinguir o que é efeito e causa da relação entre saúde e pobreza. Elaborando uma revisão da literatura acerca dos problemas de saúde e a sua relação com as condições socioeconómicas do agregado familiar, encontramos diversos autores com estudos que nos ajudam a melhor compreender esta diáde.

Campino, Diaz e colaboradores (1999) e Le Grand, (1978), referiram que a utilização dos serviços de saúde era bastante desigual entre classes socioeconómicas, favorecendo as camadas mais privilegiadas da população. Constataram, também, que os indivíduos socialmente menos privilegiados tendiam a adoecer mais precocemente.

Posteriormente, Travassos, Viacava, Pinheiro e Brito (2002) testaram por intermédio de hipóteses, a existência de desigualdade social na utilização de serviços de saúde segundo o género. Os autores observaram que características como ser caucasiano, ter um elevado nível de escolaridade, ser empregador, aumentavam a probabilidade de procurar serviços de saúde. Considerando as características acima referidas, os beneficiários do nosso estudo não preenchem os requisitos mínimos para terem maior facilidade no acesso à saúde, por não serem empregadores nem possuírem elevado nível de escolaridade.

Clavel (2004) referiu que os indivíduos excluídos socialmente manifestavam uma saúde mais frágil que a restante população, apresentavam mais doenças e acidentes de trabalho, mais doenças respiratórias e cutâneas, mais perturbações psicológicas, cardiovasculares, dentárias, oftalmológicas e encontravam-se mais casos de alcoolismo.

Este estado de saúde deficitário condicionava a possibilidade de arranjar emprego e sobrecarregava os orçamentos familiares, limitando os indivíduos na busca de novas soluções (CNRM, 2002).

Para além dos *handicaps* de saúde que as problemáticas acarretam, muitas vezes propiciam ou agravam o estado de pobreza dos indivíduos e do respectivo agregado familiar. Estas condicionantes reunidas enfraquecem os laços familiares visto que, para além dos beneficiários terem um familiar doente (o que condiciona o ambiente familiar), o restante agregado sente-se penalizado por ter de encontrar soluções, autonomamente, para fazer face às despesas mensais (CNRM, 2002).

Uma forma de colmatar estes problemas seria apostar no desenvolvimento de áreas chave da sociedade (saúde, habitação e educação). Para conseguir essa evolução seria necessário a existência de políticas sociais/económicas que permitissem o aumento da riqueza de um país. Comparando a sociedade actual com a do século passado, podemos verificar que a redução na mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida, o acesso à água canalizada, a ligação à rede saneamento básico, os gastos do Estado em participar a saúde pública e a aposta na promoção da elevação da escolaridade dos adultos permitiu que a saúde (física e mental) dos cidadãos melhorasse, mas ainda não foi o suficiente (Buss, 2000).

Dentro do estudo sobre o balanço do impacto do RMG (medida anterior ao RSI), foi avaliado em 2002 o estado de saúde dos beneficiários. Verificaram que cerca de 40% dos agregados possuíam pelo menos um elemento com problemas de saúde. Sendo as doenças crónicas as que afectavam mais as famílias. No que diz respeito à toxicodependência 6,6% das famílias inquiridas viviam com essa problemática, 4,6% com o alcoolismo, 8,4% sofriam de doenças físicas e 4,4% de doenças mentais (CNRM, 2002).

Como podemos verificar neste primeiro ponto, o estado de saúde dos indivíduos excluídos, neste caso, dos beneficiários de RSI, está relacionado com o seu nível socioeconómico, com o acesso aos recursos existentes na sociedade e com o precário acompanhamento do sistema de saúde público. O deficitário estado que a saúde que os

beneficiários apresentam é um dos maiores entraves à inserção social e posterior autonomização.

5.2. A monoparentalidade e as suas implicações

Existem várias tipologias de família, sendo as mais habituais as nucleares, as monoparentais e, actualmente, as reconstruídas. Dentro das famílias monoparentais verifica-se a predominância de famílias monoparentais femininas.

A existência de várias famílias monoparentais femininas na nossa amostra tornou pertinente a abordagem desta realidade e a forma como condiciona a inserção social das progenitoras. Assistimos a uma transição de género em que as mulheres deixam de ajudar o marido, para serem as únicas responsáveis pela habitação e pelos filhos (Clavel, 2004; Giffin, 1994; Luz, 1987; Scott, 1990; Simões-Barbosa, 2001).

A maioria dos empregos a que as mulheres têm acesso, exigem, geralmente, baixa escolaridade e estão relacionados com as suas habilidades "domésticas", desvalorizadas e pouco remuneradas (Brito, 2000). O seu duplo papel não é fonte de independência financeira e nem mesmo de estabilidade familiar, pois não consegue desempenhar o seu papel de mãe com qualidade (Gerhardt, 2003; Poeschl, 2000; Scott, 1990; Shelton & John, 1996; Spitze, 1988; Thompson & Walker, 1989).

Assim, como já tinha sido verificado em 2002, a maioria das beneficiárias de RSI do nosso estudo começaram por assumir o papel da maternidade a tempo inteiro por diversos motivos. Deixou ser prioritário ter um emprego, porque cuidar dos filhos as impossibilita de ter um papel activo no mundo laboral. Ao serem mães a tempo inteiro dedicam toda a sua energia e motivação aos filhos, não se coibindo de se privarem de algo para lhes poder dar o melhor.

Estas alterações familiares repercutem alterações em todos os membros da família. As suas consequências são visíveis em cada família de RSI acompanhada. Numa dimensão com menor visibilidade que a saúde, as consequências do novo conceito de família interferem com a autonomização familiar na medida em que, além

de economicamente poderem ter benefícios, o impacto nos mais novos é frequente, traduzindo-se por diversas vezes em insucesso escolar e comportamentos desviantes, que posteriormente conduzem a outras formas de exclusão.

5.3 O percurso escolar dos beneficiários

Os adultos entrevistados no nosso estudo apresentam uma relação particular com o contexto escolar. Assistimos a diversos relatos em que assumiram terem sido forçados a abandonar os estudos precocemente, alguns para se inserirem no mercado de trabalho, outros por insucesso escolar. Estes últimos, provavelmente, desistiram porque a escola não os soube englobar no projecto escolar, nem permitiu que cumprissem a escolaridade obrigatória.

Focando-nos na vertente do abandono escolar por insucesso, nas diversas teorias para o explicar, há autores que defendem que o insucesso escolar se deve não apenas a características do indivíduo, mas a características externas como a instituição escolar. A verdade é que não existe um responsável único pelo fenómeno do insucesso e posterior abandono escolar (Benavente, Campiche, Seabra & Sebastião, 1994).

Por vezes, a explicação teórica sobre o insucesso escolar peca por não estar muito próxima da realidade onde as crianças estão inseridas e assim descreverem contextos totalmente distintos (Guerreiro, 1998).

Existe uma relação entre o nível social da família e os resultados escolares, mas não é simples de explicar. Nesse sentido, as primeiras tentativas atribuíram os resultados às capacidades individuais da criança, outras às características dos diferentes meios sociais e outras ao funcionamento da instituição (Sil, 2004; Benavente & Correia, 1981; Benavente, et al., 1994).

Nos anos 60, considerava-se que as crianças oriundas de camadas sociais menos favorecidas tinham resultados inferiores devido a irem para a escola com menos bagagem cultural. Considerou-se, então, que o ambiente familiar onde a criança está

inserida não lhes fornecia as bases linguísticas e culturais e que, por isso, a criança apresentava um atraso em comparação com as outras (Gareca, 2002; Sil, 2004).

Esta explicação não foi considerada totalmente justificativa do insucesso escolar, tornando-se necessário estudar o papel da escola nesta problemática. Foram elaborados estudos neste sentido que se desenvolveram em duas vertentes: uma que considerava que a escola era um local que deveria assegurar a igualdade de oportunidades de aprendizagem, e a outra, que considerava a escola como um agente educativo condicionado e influenciado pela sociedade (Sil, 2004).

No primeiro caso, verificaram que na prática não existia igualdade no acesso à escola tendo em conta as variabilidades individuais e socioculturais de cada criança, assim tentariam que houvesse a possibilidade de igualdade de aproveitamento escolar para todas as crianças (Sil, 2004).

No segundo caso, defenderam que existiam vários mecanismos culturais que explicavam as desigualdades no aproveitamento dos alunos. Então, pensaram que na escola deveriam ter em conta valores e princípios das classes sociais mais elevadas que era onde se localizavam os alunos com melhor rendimento escolar. Isso faria com que as crianças de meios desfavorecidos não se sentissem inseridas e compreendidas no seio escolar, promovendo o insucesso e conseqüentemente a exclusão (Sil, 2004).

Deste modo, verificaram que, para além das características individuais do próprio aluno, existiam características sociais e culturais associadas ao insucesso escolar, observando-se um menor rendimento escolar em extractos sociais mais baixos (Benavente & Correia, 1981; Sil, 2004).

No mesmo sentido, Grácio (1995, citado por Sil, 2004) referiu que a escola privilegiava as crianças com menos dificuldades mas esse fenómeno era algo socialmente diferenciado, ou seja, as crianças com menos possibilidades eram mais penalizadas por não conseguirem ultrapassar as suas limitações levando-as a abandonar o ensino (Sil, 2004).

Os factores sociais referiam-se mais especificamente aos projectos, aos hábitos, aos estilos de vida do jovem estudante, à linguagem, à atitude perante a aprendizagem e ao contexto escolar, às condições de vida (rotinas, vestuário e alimentação), ao acesso a livros e novas tecnologias, à zona de residência e aos recursos comunitários dessa localidade (Formosinho, 1987). Assim, estas desigualdades propiciavam o precoce abandono escolar motivado pelo objectivo de ir trabalhar para melhorar as suas condições de vida (Santos, 2005).

Os beneficiários estudados nesta tese são um retrato fiel desta realidade. Apresentam uma ténue ligação com o percurso escolar, lacunas de conhecimentos teóricos e escassa qualificação profissional o que condiciona as perspectivas de se inserirem no mercado laboral.

Assim, podemos concluir que o percurso escolar do indivíduo e a sua relação com a escola é fundamental para predizer a forma com que se inserirá no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade.

5.4. O contexto profissional e o desemprego na exclusão social

A exclusão face ao direito de ter uma colocação profissional tem sido uma das questões centrais nos encontros associados à questão da exclusão social. Tais questões não se centram no desemprego. Alargam as temáticas à falta de qualidade do emprego, aos baixos níveis de remuneração, à precariedade dos vínculos contratuais, ao primado das competências e à igualdade de oportunidades (Soares, 2009).

Ao nível da interacção social, as relações laborais assumem uma grande centralidade e importância. O trabalho através da sua capacidade de integração possibilita a existência de configurações culturais, simbólicas e identitárias. Como Castel referiu (1999, p.18), *“o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, facto que se comprova pelas relações daqueles que não o têm”*.

Um indivíduo quando está inserido profissionalmente e apresenta estabilidade laboral tende a estabelecer relações sociais mais sólidas. A ausência de participação em qualquer actividade produtiva ou de serviços pode criar isolamento relacional, exclusão e desfiliação (Pinto, 2007).

Nesse sentido, Castel (1999) referiu que quando se alia a precariedade laboral à fragilidade dos laços afectivos e pertença (família, amigos, vizinhos) tendencialmente inicia-se um processo de elevado risco social. O autor constatou, também, que os reduzidos salários, a instabilidade laboral, o emprego precário e os longos períodos de desemprego, têm propiciado miséria e exclusão social.

Assim, o trabalho assume um papel fundamental na vida dos cidadãos, adquirindo um peso extra nestes indivíduos em que verificamos que ao perder o emprego, ingressam numa profunda desestabilização do seu modo de vida (Pinto, 2007; Paugam, 2003).

O desemprego é inicialmente conceptualizado como uma ruptura com a sociedade, mas com o passar do tempo e o afastamento prolongado da inserção profissional, provoca a interiorização de sentimentos de vergonha, desvalorização social, incapacidade e desmotivação, com consequências no próprio processo de procura de um novo emprego. É nesta fase que surge a necessidade de recorrer ao apoio dos serviços de protecção social (Almeida, 2003; Costa, 1998; Paugam, 2003; Pinto, 2007; Schnapper, 1994; Soares, 2009).

Com o passar o tempo, a fragilidade inicial do indivíduo desempregado pode-se transformar numa relação de assistência e de progressiva dependência. A interiorização e manutenção de um sentimento de incapacidade de fazer face a uma situação de vulnerabilidade, é frequentemente reforçada pela visão que a sociedade e os próprios serviços deixam transparecer. Reforçam o sentimento de fragilidade, aceleram as exteriorizações decorrentes da integração de um novo estatuto: o de beneficiário (Soares, 2009).

Soares (2003) referiu que os beneficiários de RSI necessitam de apoio social constante nas suas vidas, não apenas por uma questão prestacional, mas como elo de ligação com a sociedade. Essa necessidade constante de apoio foi visível no estudo de 2002 sobre o impacto do RMG nos beneficiários.

Os motivos que permitiram que o desemprego os levasse à exclusão social são diversos. Os beneficiários referiram que, por opção, não evoluíram academicamente porque não se sentiam parte do projecto escolar e sujeitaram-se às ofertas laborais existentes pouco qualificadas. Outros referiram que não estudaram porque tiveram de se inserir precocemente no meio laboral para ajudar nas despesas familiares (CNRM, 2002).

A maioria dos beneficiários referiu que a entrada na vida profissional não correspondeu à profissão que sonharam. Como não delinearam um projecto futuro, o emprego onde iniciaram a vida activa foi a primeira oportunidade laboral remunerada que surgiu para auxiliar a família (CNRM, 2002).

A existência de trabalhos precários, baixos salários, más condições de trabalho e de segurança predispõe ao ciclo vicioso de exclusão (Costa, 1998; Garcia, 2000; Gonçalves, 2005).

Ao contrário do que é pensado, existe uma percentagem de beneficiários de RSI que não estão desempregados, mas sim desempenham funções profissionais que exigem poucas qualificações, com contratos e condições laborais precárias que não lhes possibilita a autonomia financeira (CNRM, 2002).

O emprego e a relação dos beneficiários com o mercado laboral foram o último, dos quatro factores verificados que dificultam a inserção social do indivíduo no mercado de trabalho. Podemos verificar que o impacto de ficar desempregado é muito maior que apenas a falta de recursos financeiros. Determina a forma como o indivíduo se vê a si e aos outros que o rodeiam.

No sentido de analisar, na primeira pessoa, a forma como os beneficiários de RSI se percebem, o modo como analisam o seu passado e projectam o seu futuro, será apresentado no seguinte ponto um estudo realizado em 2007 nesse âmbito

6. Álbuns de Família: De Viva Voz

O estudo constitui a parte empírica desta tese de mestrado debruça-se sobre os beneficiários de RSI e as suas auto-percepções. Teve como suporte teórico o estudo realizado por Marujo e Neto (2007). Assim torna-se pertinente apresentar de seguida, o estudo que motivou a nossa investigação e que, por isso, suporta também empiricamente a nossa investigação.

O projecto “Álbuns de Família” foi desenvolvido por Marujo e Neto no ano de 2007, como parte das comemorações do 10º Aniversário do Ano Internacional da Família. A investigação realizou-se com as famílias beneficiárias de RSI residentes em quase todas as ilhas do arquipélago Açores, onde cada participante teve a oportunidade para manifestar livremente a sua opinião acerca das temáticas abordadas.

O estudo visou compreender as dinâmicas familiares dos beneficiários, como se percebiam, quais os seus rituais, como lidavam com os afectos e quais as suas expectativas para o futuro. Para o fazer utilizaram uma amostra de 1502 agregados familiares onde obtiveram uma taxa de resposta de 71%.

Realizada a selecção dos agregados familiares, foi entregue a cada família um álbum para preencherem de acordo com a sua perspectiva. O álbum estava dividido em duas partes: a primeira para preenchimento dos pais e a segunda para os filhos. Em cada uma destas partes, o álbum subdividia-se em quatro categorias: a identidade da família, os seus rituais, o sistema de afectos e as expectativas em relação ao futuro.

Cada categoria era constituída por frases cujo objectivo foi propiciar momentos de reflexão, que funcionaram como pontos de partida para que os beneficiários exprimissem, sem constrangimentos, os sentimentos sobre cada uma das temáticas

abordadas (tabela 1). Os dados recolhidos foram submetidos a análise de conteúdos através da qual definiram as subcategorias.

Tabela 1: Categorias e temas no Estudo de Marujo e Neto (2007)

| Categorias | Casal (homem e mulher) | Filhos |
|-----------------------------------|--|---|
| Identidade da Família | A minha família é importante porque... | A minha família é importante porque... |
| | A minha infância... | A minha infância... |
| | Ser mãe/pai é... | Ser filho é... |
| | _____ | Os meus irmãos... |
| Rituais | Os momentos mais importantes em família... | Os momentos mais importantes em família... |
| | O meu dia-a-dia é... | O meu dia-a-dia é... |
| | Os problemas da minha família... | Na minha família, quando temos problemas... |
| Afectos | Quando me vejo ao espelho, sinto-me... | Gosto de... |
| | Tenho medo... | Quando estou triste... |
| | Na família... amar e ser amado... | Na família... amar e ser amado... |
| Expectativas em relação ao futuro | Se soubesse o que sei hoje... | _____ |
| | Sonho com... | Sonho com... |
| | A minha família ideal... | Gostava que a minha família... |

Após analisados os relatos das famílias, os resultados encontrados foram apresentados sob três perspectivas, a das mães, dos pais e dos filhos. Os autores verificaram que haviam aspectos comuns, transversais nas três perspectivas, aspectos comuns dentro de cada perspectiva e aspectos que divergiam.

Dos aspectos comuns referidos por todos os membros das famílias, começamos por salientar a existência de desejos, receios, assuntos de que se envergonhavam, acontecimentos tristes e segredos nunca antes revelados.

Outro aspecto referido em comum foi que a família era considerada o mais importante para eles, frisando que não conseguiriam viver sem ela. Transmitiram que era na família que iriam reunir a energia necessária para superar os momentos difíceis.

A importância que a família tinha para os casais estava condicionada pela percepção que eles tinham do seu papel parental e da forma como se aproximam dos filhos.

Assim, verificaram consensualmente que os elementos da família expressavam que possuíam uma família ideal, sendo que essa família ideal seria a sua, onde existia partilha, apoio, diálogo, compreensão, amizade, harmonia e respeito mútuo. Era importante para eles a existência de momentos de convívio intrafamiliares visto passarem muito tempo em casa e a família assumir, muitas vezes, a única forma de convivência social.

Por não existirem muitos momentos de convívio social, os beneficiários valorizavam muito os momentos passados em família, chegando a considerar que os momentos mais importantes seriam todas as datas e dias festivos (aniversários, Natal, etc.), passeios, quando todos os elementos da família se encontravam reunidos, havia diversão, conversavam e conseguiam encontrar soluções para os seus problemas.

Por outro lado, os autores verificaram que os aspectos comuns não eram todos positivos. Havia relatos sobre dificuldades sentidas na família na actualidade, experiências de infância traumáticas, sofridas, pautadas pela tristeza e com lacunas afectivas significativas. Relatos de carências ao nível das necessidades básicas e a entrada precoce no mundo laboral para sustentar a família.

Os beneficiários, na sua generalidade, salientavam que existiam problemas a diversos níveis que afectavam a família no seu todo como os problemas a nível habitacional (casa pequena ou degradada), financeiro (escassez económica), desemprego, falta de recursos (electrodomésticos, mobiliário), saúde (escassez ou dificuldade em aceder aos tratamentos) e relacional (discussões e agressões intra-familiar).

A noção do que estava errado nas suas famílias é tão clara, que todos os beneficiários desejavam ser felizes no futuro. Referiam que ambicionavam ter a/uma família unida, onde reinasse cooperação e entajuda, onde os problemas de saúde e habitacionais não existissem. Para isso, referiam que teria de estar resolvida a sua

situação de escassez económica para fazer face às despesas diárias. Os pais tinham em comum o desejo de ver os filhos bem, com um futuro assegurado de forma a permitir que tivessem uma vida melhor que a sua.

Após analisadas as perspectivas comuns entre pais, mães e filhos os autores salientaram de igual modo a existência de opiniões convergentes dentro de cada perspectiva.

Desta forma, verificaram que todas as mães consideravam o seu dia-a-dia monótono e, quando trabalhavam, não gostavam do trabalho que desempenhavam. Aliado à frustração profissional que sentiam, tinham uma ideia pré-concebida de si próprias muito negativa. Ao espelho, viam uma imagem velha, cansada e marcada pelo trilho que a vida lhes traçou. Desejavam, por isso, mudar muitos aspectos da sua vida.

Um aspecto que não mudariam certamente era terem sido mães pois referiam viver para e pelos filhos. Esforçavam-se por lhes transmitir o melhor que sabiam para que eles pudessem ter um futuro melhor. Transbordavam de alegria quando faziam referência a filhos já casados com futuro delineado e com emprego. Outras mães choravam ao contar como os filhos se encontravam sem rumo.

As mulheres que constituíam famílias monoparentais transmitiam a desmotivação de não terem com quem partilhar as suas alegrias e angustia, de se sentirem sozinhas na tarefa parental e culpavam o ex-companheiro pelos sacrifícios que faziam em torno dos filhos.

Mas o desânimo e o desalento experienciado por estas mulheres não se cingiam ao vivido na vida adulta. Infelizmente, já era algo que transportavam consigo desde tenra idade. Apesar da privação vivida, algumas mães tiveram a oportunidade de estudar alguns anos, conseguiram brincar um pouco e se divertir com os amigos. Muitas referiram com pena, que se pudessem voltar atrás, teriam estudado mais, investido mais em si para actualmente poderem ter um emprego (ou um emprego melhor), auxiliarem financeiramente a família e se sentirem mais realizadas.

Contudo, o quotidiano destas mães alterou-se com o casamento, deixaram de poder estudar e divertir-se. Rapidamente a sua vida transformou-se em preocupações e falta de diversão. Diversas mães referiram que se pudessem voltar atrás não teriam casado, ou teriam esperado mais tempo para terem mais maturidade, para conseguirem efectuar uma melhor escolha no marido e no número de filhos que teriam. Algumas destas mães eram felizes com o casamento e o marido que escolheram. Outras referiam que não, pois, os maridos não auxiliavam em casa ou as maltratavam, o que transformava as suas vidas num tormento difícil de gerir.

Assim como revelavam as suas difíceis vidas conjugais, também assumiram os seus próprios medos que passavam por perder os seus entes queridos, ou seja, filhos e família, mas não só. Manifestavam, também, o medo de morrer, de serem agredidas e de ficarem sozinhas ou doentes.

Os pais relataram histórias diferentes, mas igualmente sofridas. Referiram gostar e sacrificarem-se muito pelas esposas, que adoravam, e pelos filhos. Contudo, tinham a noção que os faziam sofrer quando erravam (quando bebiam, os agrediam, etc.), mas não padeciam, apenas, nessas situações. Também sofriam quando não se conseguiam inserir profissionalmente, quando tinham empregos precários e quando a família era numerosa, tornando-se difícil sustentar.

Revelaram ter muitos medos (morte, da incerteza do futuro, da solidão, dos filhos não terem um futuro assegurado, de perder os seus filhos, de recaírem nos seus próprio vícios) e inseguranças. Os pais referiram não gostar do seu dia-a-dia por ser triste, desinteressante e sem emprego. Por outro lado, se se encontravam empregados referiam não estarem satisfeitos com o seu dia-a-dia por terem excesso de trabalho e o cansaço dificultar o seu desempenho.

Esta dura realidade tornava-se mais evidente quando referiam não gostar da sua imagem reflectida no espelho. Viam um homem velho, marcado pela vida, cansado, com cabelos brancos e pele enrugada.

Outro motivo pelo qual os pais se percepcionavam de forma tão negativa e tão desgastada, era devido ao facto de muitos deles sustentarem sozinhos a família, passando, normalmente, o dia fora a trabalhar. Quando regressavam a casa dedicavam o restante tempo a estar com a família, a brincar com os filhos ou, apenas, a descansar.

Apesar de desempenharem o melhor papel parental que conseguiram, referiram estar conscientes que não eram capazes de proporcionar melhores condições de vida à sua família com os empregos que possuíam. Os desempregados sabiam que não conseguiam encontrar um emprego suficientemente bem remunerado para melhorar a sua situação. Em ambos os casos, estavam cientes de que, com as suas baixas, e muitas vezes inexistentes, qualificações não conseguiriam evoluir profissionalmente. Nesse sentido referiam que se pudessem voltar atrás teriam prosseguido os estudos.

Por último analisamos, a perspectiva dos filhos sobre a sua família e a sua vida. Estes também não apresentavam discursos muito opostos aos dos adultos. Mesmo muito novos já estavam a par dos problemas familiares. Tentavam ser os filhos ideais para aliviar os pais de mais problemas. Para aqueles que não viviam com os pais, os momentos passados em família já não tinham o mesmo valor nem proporcionavam a mesma felicidade.

Apesar de valorizarem muito os momentos de reunião em família, o seu quotidiano não era passado desse modo. A maioria deles tinha o seu dia preenchido pela escola, outros tinham-na abandonado. Destes, alguns apresentavam comportamentos desviantes.

Estranhamente, os filhos referiam-se à infância como se, essa etapa da sua vida, já tivesse passado (mesmo os mais novos). Sonhavam com um futuro melhor para eles e para os pais. Esse futuro melhor passava por continuarem a estudar e encontrarem um bom emprego, aquilo que os pais não conseguiram fazer. Assistiu-se a uma tentativa de aperfeiçoar o percurso familiar ao reinventar novas soluções para os problemas de forma a assegurar um futuro mais digno e estável.

Embora tivessem noção da dura realidade em que viviam e da ambição que sentiam, os filhos tinham a capacidade de lidar com a tristeza de forma peculiar. Lutavam diariamente contra esse sentimento através do seu optimismo, do sorriso, da alegria não permitindo serem absorvidos pelos problemas. Dedicavam-se à família disfarçando a tristeza que sentiam para não a preocupar. Rezavam a Deus, por auxílio, quando se sentiam desamparados e para desabafar nos momentos de maior angústia.

Angustia acrescida experienciavam os filhos inseridos em famílias monoparentais. Estes jovens transmitiam tristeza no seu discurso. Embora sentissem que a sua família era muito importante nas suas vidas, não eram totalmente felizes pela ausência ou desconhecimento do paradeiro do outro progenitor.

Apesar de todos os membros das famílias passarem por bastantes dificuldades e por momentos de sofrimento intenso, muitos consideravam-se felizes com o que possuíam, por terem família e apoio nas alturas mais difíceis. Os filhos aprendiam com as experiências erradas dos pais. Quase todos estavam certos que queriam aprender com a família para não repetir os mesmos erros.

Após análise das quatro categorias definidas, os autores concluíram que as famílias beneficiárias se dividiam em dois grupos que, apesar da distinção, tinham aspectos em comum.

Os aspectos comuns entre os dois grupos diziam respeito ao facto dos indivíduos relatarem passados difíceis que os forçou a crescer rapidamente, não existindo tempo para projectar o futuro e investir em si. Verificaram, também, que a família tinha um papel preponderante na organização da vida social e pessoal. As vivências dos beneficiários decorriam à volta da sua família que, apesar de ser a responsável por muitos momentos difíceis, também os auxiliava a solucionar problemas e proporcionava momentos felizes.

O primeiro grupo foi constituído com base em relatos de famílias que expressaram elevada motivação e força de vontade em melhorar as suas condições de vida. Por possuírem um positivismo face à vida, aproveitaram todas as oportunidades

que surgiram, o que lhes permitiu evoluir. Apesar de viverem em situação de carência, encontravam-se numa fase de estabilidade, possibilitada pelo enorme apoio que recebiam da sua família.

O segundo grupo de famílias era pautado pela falta de suporte familiar e pela consequente dificuldade em conseguir expressar os seus sentimentos. Existia falta de tempo ou de disponibilidade para o diálogo, que aliado à falta de suporte levou a sentimentos de sofrimento e angústia. Neste cenário de baixa auto-estima os beneficiários sentiam-se incapazes de investir em si e no seu futuro.

Analisando as diferenças entre as respostas entre pais e filhos, verificaram que existia uma grande diferença cultural devido ao alargamento da escolaridade obrigatória. Os filhos tinham uma noção clara das dificuldades que os afectavam, mas também das soluções.

A forma como sonhavam era bem distinta entre pais e filhos. Estes últimos já se atreviam a ter sonhos ambiciosos, não se limitavam à dimensão de ser bom pai/mãe como os seus. Outra diferença encontrada foi que a geração dos filhos teve a oportunidade de brincar, contrariamente aos pais.

Os autores concluíram que estes beneficiários tinham vidas marcadas por heranças e percursos com sucessivas carências que originaram um estatuto social muito particular. Os presentes sentimentos de desvalorização e inferioridade, que limitavam as ambições destes indivíduos, excluía-nos da possibilidade de se inserirem na sociedade e usufruírem dos direitos de cidadania.

A pobreza seria, então, a principal responsável pelos generalizados sentimentos de angústia e desmotivação, por não poderem satisfazer as necessidades e os desejos dos seus descendentes. Cada geração redefinía o conceito e a forma de levar a vida da geração anterior, aprendiam com os erros, aperfeiçoavam e conseguiam sempre algo melhor.

Os autores referiram que por detrás deste estudo encontravam-se as perfeições e imperfeições de dez anos de RSI, a apoiar as famílias tentando tirá-las da situação de miséria e inserindo-as gradualmente na sociedade. Dez anos de alterações fruto de muito investimento dos profissionais da área.

Os álbuns foram apresentados para que futuros investigadores pudessem utilizá-los e continuassem a contar a história dos beneficiários de RSI, aperfeiçoando a metodologia de intervenção tendo em conta o aprofundamento do conhecimento da sua realidade.

Através da realização deste estudo Marujo e Neto (2007) permitiram o conhecimento das potencialidades e as fragilidades da população beneficiária de RSI, o que não tinha sido possível até então. Para além da importância inerente ao facto de ser o suporte teórico do estudo da presente tese, o estudo permitiu conceptualizar estas famílias como mais do que um conjunto de elementos isolados. Passou a ser possível percepcionar estes indivíduos como sujeitos com carências e/ou mais valias de acordo com o seio familiar onde estavam inseridos, independentemente de qual a ilha da região autónoma dos Açores, em que se encontravam.

7. Conclusão

Como foi referido anteriormente, o primeiro capítulo desta tese dedicou-se à exposição teórica das temáticas envolvidas para melhor compreender e fundamentar a nossa investigação.

Após analisadas todas as temáticas expusemos o estudo de Marujo e Neto (2007) como ilustração de uma realidade beneficiária que desconhecíamos se poderia, ou não, ser generalizada.

Através desse estudo pudemos verificar que a população beneficiária de RSI dos Açores, de facto, se encontrava excluída socialmente se a analisarmos, por exemplo, através da perspectiva de Costa (1998). Essa exclusão era visível quando os

beneficiários referiram não ter condições económicas para suportar a despesa familiar, quando não elevavam a qualificação e, dessa forma, sentiam dificuldade em se inserir.

Ao encontrarem-se desempregados há algum tempo, os beneficiários viam a sua vida social reduzida, o que contribuía para o isolamento. O isolamento associado à falta de estabilidade emocional e ao deficitário suporte económico que a família fornecia, proporcionava a origem de sentimentos de inferioridade, frustração e inutilidade. A visão negativa e distorcida que o indivíduo possuía de si, aliada à situação familiar com dificuldades equivalentes, contribuía para a génese de perturbações psicológicas e físicas que condicionavam a autonomia do indivíduo e agravam o quadro biopsicossocial do indivíduo. Este fenómeno transformou-se num ciclo vicioso do qual sozinhos não conseguiam sair (Paugam, 2003).

A pobreza traduzida através da escassez económica, foi o motivo que os levou a requerer o RSI. Contudo a pobreza não fica resolvida com esta medida social. Apenas atenua o impacto dessa condição de precariedade nas famílias e proporciona-lhes um acompanhamento técnico para os auxiliar a se reinserir.

Nesta população beneficiária, como em qualquer outra, não é fundamental apontar apenas as vulnerabilidades. Através do estudo realizado por Marujo e Neto (2007) podemos descobrir o ponto de partida para começar a intervir. A existência de uma família é a única certeza que eles têm. Assim, é precisamente com recurso à família, à reestruturação de padrões disfuncionais intrafamiliares, à estabilização emocional dos beneficiários e através da promoção da auto-estima, que se tornam confiantes em aceitar as oportunidades que surgem.

Contudo, o observado prende-se com a realidade encontrada na região do Arquipélago dos Açores o que não indica que possa ser generalizado. No seguimento de verificar a realidade dos beneficiários numa área específica no continente e permitir o alargamento dos resultados, é apresentado no próximo capítulo um estudo idêntico realizado no Distrito do Porto.

II – Estudo Empírico

1. Introdução

Este estudo surgiu da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a população beneficiária de RSI com a qual trabalho. A escassez de estudos de base psicológica na área dificulta a compreensão e uma intervenção fundamentada.

Tendo em conta o objectivo desta medida social e os factores que condicionavam a inserção social, tornou-se imperioso conhecer mais detalhadamente o quotidiano e as rotinas dos beneficiários, de modo a podermos adequar os programas de inserção, tornando-os mais eficazes. Uma das formas de o obter é permitir aos próprios beneficiários, agentes directos, contribuírem na primeira pessoa.

2. Objectivos

2.1. Objectivo Geral

Esta investigação tem como objectivo geral avaliar a percepção que os beneficiários têm da sua vida e quais as suas expectativas futuras, permitindo saber os requisitos necessários para se inserirem socialmente.

2.2. Objectivos Específicos

- Descrever como os beneficiários de RSI de Rio Tinto percebem a sua família;
- Perceber quais são os momentos mais importantes na vida dos beneficiários de RSI de Rio Tinto;
- Explorar a perspectiva dos pais e dos filhos em relação à forma como ambicionam o seu futuro;

- Analisar as tipologias de beneficiários de consoante as experiências da sua infância e as repercussões na vida adulta;

- Comparar as percepções dos beneficiários de RSI dos Açores encontradas por Marujo e Neto, com as de Rio Tinto analisadas nesta investigação.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se por ser qualitativo, visto analisar os relatos dos beneficiários, e exploratório por não haver indicadores semelhantes na população de Rio Tinto. Foi efectuado através da administração de entrevistas semi-estruturadas tendo como base o guião, *Álbuns de Família de Viva Voz*, construídos por Marujo e Neto (2007).

Os dados obtidos através das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977, p.7), a análise de conteúdo é *“um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”*. Esta técnica baseia-se na dedução e esforça-se por interpretar, tendo em conta a objectividade e a subjectividade do não-aparente, ou seja, daquilo que não é dito (Bardin, 1997).

As questões foram elaboradas com o objectivo de saber a opinião dos beneficiários acerca de quatro temáticas/categorias principais: identidade da família, os rituais diários, os afectos e as expectativas para o futuro. Cada temática era constituída por 3 a 4 inícios de frases onde o seu término/desenvolvimento dependia apenas do depoimento do beneficiário (anexo 1). As mesmas categorias definidas à priori serviram de base para a nossa investigação.

Na primeira categoria – Identidade da Família – pretende-se recolher informação acerca do motivo pelo qual a família é importante para o inquirido, como descreve/ relembra a infância, como é ser pai/mãe/ filho e, no caso destes últimos, o que acham dos irmãos.

A segunda categoria – Rituais – aborda questões sobre os momentos mais importantes em família, como é o seu dia-a-dia e como resolvem ou lidam os problemas da família.

Na terceira – Afectos – referem o que sentem quando se vêem ao espelho, o que gostam, quais os seus medos, o que fazem quando estão tristes e como se distribui o amor pelos vários elementos da família.

Na última categoria – Expectativas em Relação ao Futuro – referem o que mudavam se soubessem o que sabem hoje, o que sonham para o futuro, qual a sua família ideal e o que ambicionam para ela.

4. Procedimento

Em primeiro lugar, foi submetido em Março de 2008, por e-mail, o pedido de autorização às autoras do estudo dos Açores e ao Centro Regional de Segurança Social dos Açores (anexo 2) para a realização de um estudo equivalente ao desenvolvido originalmente por Marujo e Neto.

Após as autorizações supracitadas, foi efectuado o pedido de autorização por escrito, em 19 de Julho de 2008, ao Centro Distrital da Segurança Social do Porto para realizar as entrevistas com os beneficiários de RSI com os quais trabalho (anexo 3).

Asseguradas as autorizações superiores para a realização do estudo, já tendo sido determinados quais os critérios de inclusão, decidimos optar por entrevistar os agregados que, independentemente do motivo pelo qual requereram o RSI, eram-no há mais de dois anos visto terem requerido a prestação, sensivelmente todos antes de 2006. Esta escolha é justificada pelo facto de a actual crise económica ainda não se ter instalado em 2006 e os motivos do requerimento serem idênticos. Temos conhecimento deste facto por trabalharmos directamente com as famílias beneficiárias.

Prévio ao início das entrevistas, foi pedido o consentimento informado de todos os participantes do estudo (anexo 4), no qual era explicado o teor da investigação, o

objectivo, garantido que as respostas eram anónimas e confidenciais, que as entrevistas seriam gravadas em formato áudio para facilitar o depoimento e agilizar o tempo da entrevista.

Após a autorização dos participantes e gravação das entrevistas, foram transcritos os seus testemunhos para poderem ser analisados criteriosamente.

A análise iniciou-se pela codificação dos dados, ou seja, transformamos os dados brutos dos discursos dos beneficiários através do recorte, da agregação e da enumeração para chegarmos a uma representação do conteúdo.

Com os dados todos codificados efectuamos a categorização que consiste na classificação dos elementos segundo determinados critérios (Bardin, 2008). Neste estudo utilizamos a subcategorização semântica, por termos tido em conta as temáticas proferidas por Marujo e Neto (2007).

Nesta etapa utilizamos os dois processos de categorização existentes referidos dos Bardin (2007). Nas categorias principais (Identidade Família, Rituais, Afectos e Expectativas em Relação do Futuro) foi utilizado o procedimento por caixas que se traduz num procedimento utilizado quando as categorias decorrem directamente dos fundamentos teóricos do estudo, ou seja, estas quatro categorias por nós utilizadas foram construídas por Marujo e Neto (2007), apenas nos limitamos a repartir os dados. Por sua vez, nas subcategorias, utilizamos o processo “acervo”, ou seja, as subcategorias não estavam pré-definidas, foram elaboradas consoante a classificação progressiva e analógica dos dados, sendo a designação da subcategoria definido no final.

5. Amostra

As equipas de RSI de Gondomar habitualmente acompanham uma média de 180 agregados familiares cada. O critério de inclusão no nosso estudo foi ser beneficiário de RSI há mais de 24 meses.

Em Julho e Agosto de 2008, quando foram recolhidos os dados, 65 dos 180 agregados familiares (479 indivíduos) acompanhados, pela equipa de RSI na qual trabalho, eram beneficiários há mais de 24 meses. De entre estes 65 agregados familiares entrevistamos 33 (62 indivíduos) uma vez que nem sempre conseguimos acesso directo às famílias.

De seguida passamos a descrever a nossa amostra. De entre os sessenta e dois beneficiários. Como podemos ver na tabela 2, oito eram pais com idades compreendidas entre os 22 e os 50 anos de idade ($M=39,25$; $D.P=6,5$), vinte e oito eram mães com idades compreendidas entre os 21 e os 63 anos de idade ($M=43,92$; $D.P=10,2$) os restantes vinte e seis elementos são os filhos com idades compreendidas entre os 8 e os 36 anos ($M=16,29$; $D.P=6,5$) (tabela 3). Devido ao elevado valor de desvio padrão, que traduz a dispersão das idades, apresentamos seguidamente as tabelas de frequência de pais, mães e filhos de forma a melhor ilustrar a nossa amostra.

Tabela 2: Tabela de frequências e percentagem das idades da amostra

| Idade | Mães | | Pais | | Filhos | |
|--------------|-----------|------------|----------|------------|-----------|------------|
| | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % |
| 8-10 | - | - | - | - | 1 | 3,84 |
| 11-15 | - | - | - | - | 12 | 46,16 |
| 16-17 | - | - | - | - | 6 | 23,08 |
| 18-19 | - | - | - | - | 3 | 11,55 |
| 20-25 | 1 | 3,57 | 1 | 12,5 | 2 | 7,69 |
| 26-35 | 3 | 10,72 | 1 | 12,5 | 1 | 3,84 |
| 36-45 | 14 | 50 | 4 | 50 | 1 | 3,84 |
| +46 | 10 | 35,71 | 2 | 25 | - | - |
| Total | 28 | 100 | 8 | 100 | 26 | 100 |

6. Apresentação dos Resultados

Através da análise da informação recolhida, acedemos ao modo como os beneficiários de RSI percepcionavam a sua família, a sua vida e o que ambicionavam para o seu futuro, tendo com suporte teórico de comparação o estudo realizado por Marujo e Neto (2007).

De seguida, passamos a apresentar as respostas dadas em cada categoria pelos pais e pelos filhos. A informação está sistematizada em tabelas onde se encontra contabilizado o número de respostas dadas em cada subcategoria visto a resposta de um beneficiário, em determinado tema, poder conter conteúdos diversos e estar contabilizada em mais do que uma subcategoria.

6.1. A Identidade da Família

A categoria “Identidade da Família” é a primeira a ser analisada e divide-se nos temas “A importância da Família” “A minha infância”, “Ser mães/pai/filho” e, apenas para os filhos, “Os meus irmãos”.

6.1.1 A importância da família

Ao analisar a visão dos pais sobre a importância da família (tabela 3), verificamos que, para eles, é consensual que a família é muito importante.

Tabela 3: A Importância da Família na perspectiva dos pais

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|---------------------|-----------------|---|
| Muito Importante | 12 | “São importantes porque gosto muito deles” (P4, 22anos) |
| Sem família | 1 | “... actualmente não tenho família...” (P9, 48anos) |

Os pais mencionaram que a família era o pilar da sua existência, a sua companhia no quotidiano e o seu suporte emocional, ou seja, necessitavam deles para viver. Os pais referiram que:

“A minha família é a minha mulher, o meu filho, a minha tia e a minha avó, é a família que eu tenho. São importantes porque eu gosto muito deles.” (P4, 22 anos)

“É a razão da minha existência, o meu objectivo de vida, é a minha vida.” (P14, 46 anos)

Contudo, nem todos os pais partilhavam das mesmas experiências. Houve um relato angustiado que referia:

“Neste momento não tenho família, vivo sozinho. Embora a minha família fosse constituída por mulher e 4 filhos, três raparigas e um rapaz, considero que actualmente não tenho família.” (P9, 48 anos)

Este beneficiário já tinha tido um bom nível de vida, emprego com vínculo efectivo e era casado. Em momentos de desespero provocados, segundo ele, pela esposa, agrediu-a, ela saiu de casa com os filhos, apresentando queixa. Há mais de cinco anos que o beneficiário lutava pela obtenção um divórcio litigioso e por uma aproximação dos filhos. Apesar da sua triste realidade, este pai sabia o quanto a família era importante para si, foi visível no seu rosto enquanto respondia pausadamente a este item, principalmente, na forma como falava dos filhos.

Quanto à percepção das mães sobre a importância da família (tabela 4), quase todas as mães inquiridas consideraram a família como muito importante na medida em que a famílias as *“apoiam a nível fundamental, a nível afectivo, são as bases para tudo na vida, no trabalho, transmitem-nos valores e a saber criar amizades”* (P5, 34 anos).

Tabela 4: A perspectiva das mães quanto à importância da família

| Subcategoria | f | Exemplo |
|------------------|----|---|
| Tudo | 15 | “Eles são tudo para mim” (P45, 34 anos) |
| Apoio | 9 | “...são importantes para apoiar...” (P3, 21 anos) |
| Gosto deles | 6 | “... porque os adoro...” (P26, 43 anos) |
| Parte de mim | 6 | “...porque são sangue do meu sangue...” (P26, F, 43 anos) |
| Alegria | 2 | “...é importante porque me dá alegrias...” (P20, 37 anos) |
| Companhia | 2 | “... faz-nos muita companhia,...” (P25, 42 anos) |
| Não é importante | 2 | “Para mim a família não é importante, lutei e não levei nada..” (P2, 62 anos) |

Para além do apoio que fornece, as mães salientaram também que a família lhes fazia companhia, lhes proporcionava momentos de alegria e, apesar de haver sempre

elementos com quem possuem um relacionamento conturbado, continuavam a valorizar a família como um todo:

“Porque fazem muita falta, faz-nos muita companhia, os amo, também porque tem elementos que detesto mas também fazem falta. Não consigo odiá-los, mas fazem falta. Já cheguei ao ponto de lhes querer apertar o pescoço mas não consigo, não tenho capacidade. A família para mim é tudo.” (P25, 42 anos)

“Porque sem eles não era ninguém, só sei ser feliz com eles, quando falta um fica tudo triste” (P60, 36 anos);

“ São a minha alegria, faço tudo por eles” (P26, 43 anos).

Mas a importância da família para elas não se baseia apenas no apoio recebido. Começava por ser parte delas *“são do meu sangue, gosto muito deles, estou muito ligada a eles, preocupo-me e estou sempre a ligar para eles”* (P6, 62 anos). Era algo que estava inerente à sua forma de ser, independente do que pudessem ajudar, tinham algo em comum, o seu sangue.

Nem todos os relatos atribuíam à família uma conotação positiva, a vida conduziu duas destas mulheres mães ao isolamento e à ingratidão, por parte dos filhos, daí referirem amarguradas, que a família não era importante para elas.

Os filhos também manifestaram a sua opinião quanto à importância da família, há ideias semelhantes aos pais, contudo haviam ideias inovadoras, como o papel familiar na educação (tabela 5)

Tabela 5: A importância da família para os filhos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------------|----|--|
| Apoio | 34 | <i>“Apoiam-me nos momentos mais difíceis...”</i> (P18, M, 12 anos) |
| Educa | 3 | <i>“...recebo a educação principal...”</i> (P16, F, 19 anos) |
| O melhor que tenho | 1 | <i>“A melhor coisa que tenho...”</i> (P31, F, 18 anos) |
| O meu mundo | 1 | <i>“Ter família é como ter o mundo só para mim.”</i> (P54, F, 14 anos) |

Na forma como os filhos percebiam a sua família destacava-se a importância que atribuíam ao apoio recebido e percebido pelos familiares, eles sentiam que os familiares *“me ajudam nos momentos difíceis, apoiam-me nas dificuldades que tenho e porque brincam comigo”* (P18, M, 12 anos), referindo mesmo que gostavam deles *“porque são meus amigos, apoiam-me nos bons e maus momentos”* (P21, M, 12 anos), *“se não fossem eles ficava sozinha”* (P20, M, 11 anos) e *“é com eles que desabafo e com quem posso contar”* (P29, M, 17 anos), traduzindo aqui a função de pilar emocional desempenhado pela família.

Os filhos estavam conscientes do papel preponderante da família na sua educação e construção pessoal dado que *“foram eles que me criaram”* (P7, F, 18 anos). Consideravam que a família *“está envolvida por um bom ambiente, sendo assim uma fonte de energia diária. É uma família atenta a cada elemento que a constitui, ajudando caso possam. Dentro do lar recebo a educação principal, pois limitam-me regras e transmitem-se ensinamentos que me poderão ser úteis um dia”* (P16, F, 19 anos).

Uma frase resumiu todos os sentimentos proferidos pelos filhos *“é a melhor coisa que tenho, são as pessoas que me ajudam e me apoiam”* (P31, F, 18 anos).

A importância da família estava relacionada com todo o percurso que os beneficiários efectuaram enquanto inseridos no seu meio familiar, ou seja, todo o tempo desde a infância. Para melhor compreendermos esse percurso, analisamos a infância no ponto seguinte.

6.1.2. A forma como recordam a infância

Os pais inquiridos sobre a forma como lembravam a sua infância está esquematizado na tabela 6. Estes pais podem ser divididos em três grupos consoante a sua postura perante a infância.

Tabela 6: As memórias da infância paterna

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|--------------|----------|---|
| Difícil | 6 | “Foi difícil, não tínhamos apoio como agora...”(P34, 38 anos) |
| Normal | 3 | “Normal...momentos bons e maus...” (P9, 48 anos) |
| Fácil | 2 | “...sempre rodeada de carinho...” (P14, 46 anos) |

O primeiro grupo alega que a sua infância foi difícil, pautada por sacrifícios, trabalho, doenças, com consumos aditivos, falta de recursos económicos como ilustram os seguintes exemplos:

“Foi um pouco atribulada porque éramos muitos irmãos e os nossos pais não tinham possibilidades de nos darem aquilo que queríamos e precisávamos. Eu era o mais velho de 9 irmãos e tive que ir trabalhar cedo para ajudar os meus pais porque éramos muitos e só o meu pai trabalhava” (P58, 38 anos)

“Foi naquele tempo muito difícil. Não tínhamos tanto apoio como se tem agora, trabalhava-se, tinha-se muitos filhos, não havia cura para doenças infantis, tive uma infância complicada” (P34, 38 anos)

Outra forma de considerar a sua infância foi ao referirem que decorreu como consideraram ser normal, com momentos mais fáceis do que outros e saudades de familiares que tiveram uma presença marcada na infância e já faleceram:

“A minha infância foi normal, teve os seus momentos bons e maus, tenho muitas saudades dos meus avós, tenho saudades das pessoas que já foram e que hoje em dia faziam-me falta” (P9, 48 anos).

No outro pólo, bem mais positivo, temos pais que referiram, com o orgulho, que a sua infância foi fácil, uma etapa rodeada de afecto, ou então que não tiveram dificuldades pois foi-lhes proporcionado a oportunidade de estudar um pouco, irem trabalhar e serem autónomos.

“Foi sempre rodeada de carinho, de amor, de ilusões e de muitas fantasias...”
(P14, 46 anos)

“Nunca tive qualquer problema, andei a estudar, depois tive de ir trabalhar aos 15 para uma fábrica até à tropa, depois tive de ir para pedreiro. No primeiro casamento, tive um ano casado e tenho um filho com 18 anos” (P43, 48 anos).

Qualquer que seja o cariz que os beneficiários atribuem à sua infância, a experiência que os pais tiveram enquanto crianças condicionou o seu papel parental, visto tentarem sempre aperfeiçoar o que na sua infância não resultou.

A forma como as beneficiárias retrataram a sua infância encontra-se resumido na tabela 7. Através dos relatos das beneficiárias pudemos visualizar que o cenário que ilustrou a infância foi pautado por difíceis e marcantes acontecimentos como por exemplo: maus-tratos, abuso sexual e fome.

Tabela 7: A infância das mães

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|---|
| Difícil | 29 | “Foi difícil, fui criada numa instituição” (P5, 34 anos) |
| Boa | 14 | “Foi boa, quando estive mal deu-se a volta.” (P23, 35 anos) |
| Razoável | 1 | “Não tive tudo mas foi razoável.” (P19, 45 anos) |

Destes momentos lembrados com amargura podemos salientar:

“Levei muita porrada, fui violada e ajudei a minha mãe a casar com o homem que me violou, tive um filho dele e no final fiquei sem nada.” (P2, 62 anos);

“Fui criada numa instituição.” (P5, 34 anos);

“ Foi muito pobre, difícil. A minha mãe teve 12 filhos. Eu lembro-me da gente ir para a cama sem comer, uma sardinha dava, sei lá, para 3/4 pessoas. A coisa melhor que a minha mãe nos fez foi a meter-nos todos na escola, descalços, sem livros, uma saca plástica, uma lousa que a gente tinha pena, ia buscar um prego

ao meu falecido avo que era sapateiro, para escrever. Mas todos fizemos a 4ª classe com muitas dificuldades, com livros emprestados de outros colegas que tinham mais possibilidades que nós, mas lá passamos.” (P12, 54 anos);

“Foi uma infância um pouco acelerada em relação aos dias de hoje. Praticamente fui criada com os meus avós paternos. Os meus pais não eram casados um com o outro. Quando tinha 10 anos ajudava a minha avó que olhava por uma irmã que estava acamada. Assim foi durante 9 anos. Aos 14 anos não quis estudar mais, fui trabalhar, aos 18 casei.” (P15, 41 anos).

Contudo, nem todos os depoimentos foram tão dramáticos. Houve sempre beneficiárias que também passando por dificuldades nunca se deixaram dominar pela carga negativa e consideraram que a sua infância *“foi boa, excelente, tive um pai que era uma maravilha, que me educou o melhor que soube e eu tento educar os meus de maneira que o meu me educou a mim. Tive tudo o que precisava, muito amor, muito carinho, tudo... tive tudo de bom, tive muita sorte com os pais que tive.”* (P30, 50 anos). Incrivelmente, relataram que tiveram tudo o que necessitaram do ponto de vista afectivo e emocional, não valorizando por completo o esforço e as carências económicas.

Na temática que aborda a forma como os filhos percepcionavam a sua infância (tabela 8), estes posicionaram-se de duas formas antagónicas. Uma questão peculiar prende-se com o facto de mesmo os mais novos referirem que a sua infância foi uma etapa que já viveram e não uma fase na qual vivem.

Tabela 8: A percepção dos filhos da sua infância

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|--|
| Boa | 20 | <i>“...sinto que foi boa.”</i> (P16, F, 19 anos) |
| Má | 8 | <i>“Má em relação ao meu pai.”</i> (P29, F, 16 anos) |

Por um lado, uns referiram que a sua infância foi uma experiência boa que lhes deixou boas recordações, referiam *“sinto que foi boa, divertida”* (P16, F, 19 anos), que foi *“especial, pois com o amor e carinho que recebo sinto que sou o rapaz mais sortudo*

em ter uma família assim” (P18, M, 12 anos) e “*boa porque me ensinaram a ler, a escrever e a brincar*” (P59, M, 10 anos).

Pelo contrário, relatos sofridos de jovens referiram a chorar que “*foi uma desgraça*” (P7, F, 18 anos) nunca tendo conseguido referir o porquê. Um jovem referiu que foi “*má em relação ao meu pai*” (P29, M, 17 anos) e o motivo deveu-se ao facto do pai os ter abandonado quando ele era pequeno.

É com a experiência do que foi ser filho noutros tempos e com a promessa de não fazer os seus filhos passar pelo mesmo, que mães e pais se esforçavam por desempenhar esse papel o melhor que sabiam, como veremos a seguir.

6.1.3. Ser mães/pai/filho

A tabela 9 expõe os resultados obtidos acerca da perspectiva sobre a definição de ser pai. Os depoimentos emocionados destes homens alternaram entre quatro subcategorias: “*experiência positiva*”, “*imoralidade*”, “*estar presente*” e “*difícil*”.

Tabela 9: A experiência de ser pai

| Subcategoria | f | Exemplo |
|----------------------|----------|--|
| Experiência Positiva | 5 | “É uma coisa maravilhosa.” (P43, 48 anos) |
| Imortalidade | 4 | “É dar continuidade à nossa existência...” (P14, 46 anos) |
| Estar Presente | 3 | “Acompanhá-los o mais possível...” (P9, 48 anos) |
| Difícil | 1 | “É difícil. Porque andei perdido [toxicod dependência] e de um momento para o outro caiu tudo em cima...” (P52, 43 anos) |

Assistimos a relatos que definiram a parentalidade como uma experiência positiva. Pudemos verificá-lo através da citação que ser pai “*é uma coisa maravilhosa e que realmente sempre gostei de crianças e quando ele nasceu foi a coisa mais maravilhosa que eu tive*” (P43, 48 anos).

Alguns dos pais que, com alegria e entusiasmo, referiram que ser pai era algo positivo, experienciaram sentimentos de perpetuação de ensinamentos e tradições familiares, o gosto que tinham em poder acompanhar o percurso de crescimento pessoal e humano dos seus filhos:

“Ser pai se calhar é aquilo que eu fiz toda a vida, estar com eles, acompanhá-los em casa o mais possível, ser amigo, ainda agora sou, embora eles não me telefonem nem me liguem, mas se eles me baterem a porta e se eu os poder ajudar tenho sempre a porta aberta para eles.” (P9, 48 anos)

“É dar continuidade à nossa existência, é o fruto de uma relação a dois, é o que nos faz sentir vivos, é a plena concepção da imortalidade.” (P14, 46 anos)

No que diz respeito à subcategoria difícil, o único beneficiário que o considerou como tal, partilhou angustiado a sua história de vida nesta pergunta. Relatou que teve uma infância difícil, porque não se conseguiu sentir integrado na escola, enveredou pela toxicod dependência. Nesse meio conheceu a esposa, nasceu a filha mais velha e deixaram-na com a avó. Só quando nasceram os outros dois filhos se recuperaram. Aí depararam-se com a dificuldade da parentalidade e a revolta da filha por nunca ter tido os pais presente.

Ser mãe e o significado desse papel (tabela 10) foi algo que as mães partilharam nesta temática reproduzindo sentimentos mais positivos do que os proferidos na sua infância.

Tabela 10: O significado de ser mãe

| Subcategoria | f | Exemplo |
|-------------------------|----|--|
| Bom | 32 | “É bom, a melhor coisa do mundo” (P23, F. 35 anos) |
| Difícil | 6 | “É difícil, lutei muito e fiquei sozinha” (P2, 62 anos) |
| Educar | 2 | “É educar, criar, estar sempre presente...” (P48, 63 anos) |
| Uma realidade | 1 | “...é uma realidade..” (P32, 36 anos) |
| Um desejo | 1 | “Foi um desejo meu...” (P32, 36 anos) |
| Partilha | 1 | “Há todo um processo de partilha de momentos” (P61, 42 anos) |
| Impossível de descrever | 1 | “...tem de se sentir e viver...” (P61, 42 anos) |

A alegria de ser mãe era transversal a todas as beneficiárias “*é a coisa mais linda que uma pessoa possa imaginar, acho que não há palavras para descrever o que é ser mãe, é lindo*” (P12, 54 anos). Outras, descrevem a sua experiência de ser mãe como sendo “*criar, educar, estar sempre presente, ajudar nos bons e maus momentos, encaminhar o meu filho para a vida*” (P48, 63 anos), basicamente, algo que “*por muito que se possa falar ou escrever tem que se sentir e viver. [...] Há todo um processo de partilha em todas as situações*” (P61, 42 anos).

Apesar dos sentimentos positivos que a maternidade lhes proporcionava, esta fase não é sinónimo de facilidade porque assumiam que era “*difícil*” (P2, 62 anos) sobretudo nas famílias monoparentais visto ter sido “*um desejo, uma realidade, depois é difícil porque sou mãe solteira, mas tem as suas compensações*” (P32, 36 anos) e “*agora sou mãe e pai, é complicado*” (P37, 40 anos).

Por outro lado, pudemos verificar que os filhos foram claros quanto à forma como se percecionavam (tabela 11). É de salientar que apesar das dificuldades (económicas, familiares, escolares, etc.) que estas crianças passam, na sua maioria referiram que ser filho era “*excelente porque tenho toda a ajuda que necessito, brincadeiras entre outras coisas, mas o mais importante para mim é o amor que recebo*” (P18, M, 12 anos).

Tabela 11: O significado de ser filho

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------|----|--|
| Bom | 19 | “...é bom porque temos os pais do nosso lado..” (P35, M 11 anos) |
| Não tão bom | 6 | “Nem é sempre assim tão bom...” (P63, F, 15 anos) |
| Difícil | 3 | “É difícil porque temos de fazer o que pais mandam.” (P39, F, 11 anos) |

Alguns filhos referiram que não sendo mau ser filho, não era uma experiência assim tão positiva “*porque não posso fazer nada a vontade, porque não me deixam fazer tudo o que quero*” (P20, M, 11 anos).

No terceiro, e último grupo, encontravam-se os que conotam o seu papel de filho como algo deveras difícil na medida em que o consideravam *“um caso difícil porque nunca me esqueço das maldades, e muito menos da minha infância”* (P55, F, 17 anos). Esta filha referia-se aos anos de abuso sexual que alegadamente foi submetida pelo pai.

Como pudemos ver, a percepção de como é ser filho estava relacionada como o modo como decorreu a sua infância e como tinha sido a sua vida desde essa época. Estava igualmente relacionada com os problemas que surgiram e a forma como se foram resolvendo. De seguida iremos abordar a forma como os filhos percepcionavam os seus irmãos.

6.1.4. Os irmãos

A forma como os beneficiários percepcionavam os irmãos (tabela 12) estava totalmente condicionada pelo tipo de núcleo familiar onde se encontravam inseridos e as relações familiares estabelecidas.

Tabela 12: A descrição dos irmãos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|-------------------------------|----|---|
| Gosto muito / são importantes | 14 | “A coisa mais preciosa que eu tenho” (P7, F, 18 anos) |
| Apoiam-me | 4 | “Ajudam, compreendem-me...” (P20, M, 11 anos) |
| Tenho saudades | 1 | “Tenho saudades de uma delas...” (P50, M, 36 anos) |
| Chateiam-me | 1 | “Chateiam-me a cabeça, é sempre tudo como deles querem” (P33, M, 18 anos) |

Consensualmente os filhos, independentemente do género ou da idade, percepcionavam os irmãos de forma positiva. Atribuía-lhes uma grande importância:

“A minha irmã é a pessoa com quem me dou melhor pois brinca comigo e faz tudo o que eu quero fazer, mas acima de tudo, o que conta para mim é a relação que tenho com ela.” (P18, 12 anos).

Os relatos que divergiam desta perspectiva prendiam-se com o facto de, num caso os pais estarem separados e sentir saudade da irmã que vive com o pai. Foi visível quando referiu que tinha “*duas meias-irmãs filhas do segundo casamento do meu pai que não as vejo há cerca de 12 anos, tenho saudades de uma e posso perfeitamente viver sem a outra*” (P60, 36 anos) e, noutro caso, de ser o irmão mais novo e estava sujeito às regras dos mais velhos referindo que os irmãos “*chateiam-me a cabeça, é sempre tudo como eles querem*” (P33, 18 anos). Contudo nenhum deles desvalorizava a importância de ter irmãos.

Após analisado a identidade de família através da visão de todos os elementos do agregado familiar, passamos à análise dos rituais familiares dos beneficiários.

6.2. Os Rituais

A categoria “Rituais” subdivide-se nos temas “Os momentos mais Importantes em família”, “O meu dia-a-dia” (apenas para pais) “Os problemas da minha família” e somente para os filhos “Na minha família quando temos problemas”.

6.2.1. Os momentos mais importantes em família

No que concerne aos momentos mais importantes em família (tabela 13) raramente todos os pais estavam de acordo nos temas por terem contextos familiares diferentes, e nesta temática não foi excepção.

Tabela 13: Os momentos mais importantes em família para os pais

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|-----------------------|----------|--|
| Quando estamos juntos | 6 | “Quando todos os elementos se reúnem, conversam, trocam experiências de vida” (P14, 46 anos) |
| O dia-a-dia | 1 | “É o nosso dia-a-dia” (P34, 38 anos) |
| Não existem | 1 | “Neste caso não existem” (P9, 48 anos) |

Um pai referiu que o momento mais importante era o dia-a-dia pois estava muito tempo com a família e podia acompanhar as rotinas de todos os elementos. O outro pai que referiu que não existem momentos mais importantes em família referiu-o por, apesar de ter família, não poder partilhar nenhum momento com ela.

Os pais, cujas respostas convergiam, referiram que por entre tantas dificuldades, haviam sempre momentos muito importantes para eles. Esses momentos eram essencialmente todos os em que estavam “*todos juntos*” (P4, 22 anos), nomeadamente, quando estavam “*todos juntos em festas*” (P58, 38 anos), pois possibilitava o convívio, a troca de experiências e opiniões sobre a resolução dos seus problemas. Para estes homens, os momentos em que estavam todos juntos eram, provavelmente, os únicos dias que se sentiam realmente felizes, porque se conseguiam abstrair das dificuldades do seu dia-a-dia.

Relativamente aos momentos mais importantes em família para as beneficiárias (tabela 14), pudemos verificar que são todos os momentos em que se encontravam todos juntos, considerando que um dos momentos mais marcantes e mais importante foi, sem dúvida, o nascimento dos filhos.

Tabela 14: Os momentos mais importantes em família para as mães

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|--|-----------------|---|
| Todos em que estão reunidos | 23 | “Quando estamos todos juntos” (P3, 21 anos) |
| Os passados com os filhos e o seu nascimento | 4 | “Os meus filhos e o nascimento deles...” (P23, 35 anos) |
| Inexistentes | 1 | “Não há.” (P2, 62 anos) |

A importância para as mães destes dois momentos encontrava-se bem explícita nestas três transcrições efectuadas:

“Todos, há momentos bons e outros menos bons, o importante é estarmos todos juntos, todos reunidos. Mesmo que por vezes não estejamos de corpo, estamos de coração.” (P15, 41 anos);

“Quando estamos na mesa, lutamos todos juntos, quando uma conversa da brincadeira, põe a gente a rir, a gente a corar e é muito importante é estar todos em harmonia e estarmos todos juntos” (P19, 45 anos);

“Foi o nascimento delas e as reuniões em família. Porque eu sou o palhaço da família. Nas festas e convívios eu gosto que haja muita alegria” (P20, 37 anos).

Assim com nas categorias e temas anteriores, existiram sempre mães com histórias de vida dramáticas que, como acabaram sozinhas, referiram não haver qualquer momento importante em família. Qualquer contacto familiar era pautado por discussão e mal-estar.

A tabela 15 apresenta os resultados da análise de conteúdo das respostas dos filhos em relação aos momentos mais importantes em família.

Tabela 15: Os momentos mais importantes para os filhos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|---|
| Todos juntos | 22 | “Todos quando estou junto deles...” (P31, F, 18 anos) |
| Gostam de mim | 1 | “Quando sinto que gostam de mim e fazem tudo o que eu quero...” (P20, M, 11 anos) |
| Só com a mãe | 1 | “Quando estou com a minha mãe” (P39, F, 11 anos) |

Para a maioria dos filhos os momentos mais importantes tinham sido aqueles em que *“passamos em conjunto”* (P7, F, 18 anos), em que *“aprendo como é ser adulto e adolescente e o preciso saber para o futuro.”* (P18, F, 12 anos) e onde *“sinto que gostam de mim e fazem tudo o que eu quero”* (P20, M, 11 anos).

Assim como é importante analisar as respostas da maioria, é determinante, também, analisar as respostas únicas. A única filha, que indicou que os momentos mais importantes eram passados apenas com a mãe, estava inserida numa família monoparental feminina por motivos de divórcio. Esta filha relatou que por sua iniciativa não estabeleceria mais contacto com o pai. A recusa devia-se ao facto de durante anos ter assistido a episódio de violência doméstica do progenitor contra a mãe. Contudo, apesar dos seus 11 anos de idade tinha a noção que teria de continuar a manter contacto com o pai, em primeiro lugar porque a mãe insistia, em segundo porque caso contrário o pai deixaria de lhe pagar a pensão de alimentos. A menor tinha a noção de que esse montante mensal era muito importante para elas.

Analisado quais os momentos mais importantes passados em família para os beneficiários, de seguida veremos como eles descreviam o seu quotidiano e se esses momentos de felicidade familiar faziam parte do quotidiano, ou eram esporádicos.

6.2.2. O quotidiano

O quotidiano dos beneficiários (tabela 16), que são pais, era passado “*praticamente todo dentro de casa*” (P4, 22 anos), o que se tornava difícil dado se encontrarem desempregados, acabando por se tornar “*num conjunto de rotinas*” (P14, 46 anos).

Tabela 16: O dia-a-dia dos pais

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|--------------|----------|---|
| Em casa | 6 | “é praticamente todo dentro de casa...” (P4, 22 anos) |
| Difícil | 3 | “Duro, sem emprego, sem família...” (P9, 48 anos) |
| A trabalhar | 2 | “O meu dia-a-dia é trabalhar, trabalho de noite. Sou padeiro...” (P58, 38 anos) |

Para os indivíduos que se encontravam empregados, o seu dia-a-dia era igualmente considerado como passado, na sua maioria, a trabalhar e caracterizado como rotineiro. Eles referiam que o seu dia-a-dia era a “*trabalhar, trabalho de noite. Sou*

padeiro quando chego a casa almoço, sempre que posso levo e vou buscar o meu filho a escola e depois descanso para ir trabalhar outra vez.” (P58, 38 anos).

Todavia, há pais que sustentavam uma visão mais negativa do seu quotidiano. Encontravam-se em fases das suas vidas pautadas pelo desânimo e pelo desespero não conseguindo inverter a situação:

“Duro, desemprego, sem família, estou no fundo do poço, lá em baixo sentadinho” (P9, 48 anos)

“É complicado porque estou desempregado e isso preocupa-me por eles” (P52, 43 anos).

É de salientar que, qualquer que fosse a conotação emocional atribuída pelos pais ao seu dia-a-dia, todos o consideravam como rotineiro.

Quanto à forma como as mães percepcionavam o seu quotidiano pudemos constatar que, um grupo referia que era rotineiro, atribuindo-lhe um cariz negativo, outro referia que era pautado pelos problemas de saúde e por outro referia que era bom.

No que se refere à perspectiva maternal acerca do quotidiano, algumas mães traduziram-no de uma forma bastante negativa (tabela 17). Referiram com desmotivação que *“o meu dia-a-dia é triste”* (P2, 62 anos), *“medonho”* (P5, 34 anos), *“choroso”* (P6, 62 anos), basicamente *“é fazer sempre o mesmo, levantar, tratar dos filhos, é a rotina”* (P38, 49 anos). Todas estas mães tinham vidas que não escolheram, não tinham ocupação laboral e não viam o seu esforço reconhecido.

Tabela 17: O cotidiano das beneficiárias

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------------|----|--|
| Rotina | 33 | “Sempre igual, levantar, tomar café, ver Tv....” (P24, 57 anos) |
| Difícil | 11 | “Complicado, mas há-de melhorar.” (P25, 42 anos) |
| Problemas de saúde | 4 | “Sou uma pessoa doente, com problemas de bexigas que me limitam o dia-a-dia...” (P12, 54 anos) |
| Bom | 2 | “É bom, em casa...” (P8, 44 anos) |

Para além da rotina, outro motivo pelo qual as mães referiram que o seu dia-a-dia não era positivo devia-se à sua situação de saúde. Elas referiram que era “*o trabalho de dona de casa, bastante cansativo e repetitivo, tratar do filho, do cão, da casa, ir a médicos, fazer os tratamentos, etc.*” (P48, 63 anos).

Algumas mães conceptualizaram o seu dia-a-dia de forma positiva, considerando-o mesmo como sendo bom. Contudo esses relatos analisados detalhadamente acabaram por qualificar de agradável um dia-a-dia rotineiro “*é bom, em casa, faço as coisas de casa, tomo conta da minha neta, do meu marido e das coisas dele do trabalho, do meu filho.*” (P8, 44 anos), que outrora tinha sido criticado pelas outras mães. Ou seja, é contraditória esta percepção maternal, em que consideram positivo, um quotidiano rotineiro de cuidar da casa e da família. Esta postura maternal levou-nos a considerar que estas mães estavam desprovidas de ambição, de objectivos futuros, tendo-se acomodado à sua vida doméstica.

O dia-a-dia dos filhos (tabela 18) era idêntico em todos os casos visto a maioria encontrar-se a estudar. Assim, foi igualmente classificado como rotineiro pois englobava momentos como o acordar, as idas para a escola, as refeições, a higiene e o deitar, que se repetem, impreterivelmente, todos os dias.

Tabela 18: O dia-a-dia dos filhos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------|----|--|
| Rotineiro | 12 | “É entrar na escola, sair para casa, fazer TPC, tomar banho, jantar e ir dormir... sempre igual” (P59, M, 10 anos) |
| Difícil | 10 | “Muito pesado” (P39, F, 11 anos) |
| Bom | 9 | “É bom e cansativo, mas o bom é ver a minha mãe todos os dias...” (P54, F, 14 anos) |

Porém, no meio de tarefas tão rotineiras ainda havia quem classificasse o quotidiano de forma negativa classificando-o como *“maioritariamente cansativo e desgastante”* (P16, F, 19 anos), *“muito pesado”* (P29, F, 11 anos), *“uma grande chatice, um tédio tremendo”* (P50, 36 anos), *“muito cansativo, pois tenho que me levantar muito cedo para apanhar o autocarro e chegar a horas a escola. Depois tenho de passar lá a maior parte do dia e num modelo de ensino que é muito exigente. Quando volto para casa já são quase horas de jantar e ainda tenho de fazer os trabalhos de cada disciplina. No final do dia sobra-me pouco tempo para mim e para as coisas que quero fazer”* (P62, 17 anos).

Felizmente, nem todos os filhos o percepcionavam de forma tão negativa. Havia crianças e jovens que conotavam o seu dia-a-dia de forma positiva sendo *“fácil, fico em casa, vou passear, vou para o parque, vou para a escola”* (P20, M, 11 anos) e *“é bom, tenho aulas, vou à escola, tenho amigos e estudo”* (P35, 11 anos).

Apesar de existirem quotidianos conotados como positivos ou negativos, é no dia-a-dia que surgem os problemas que atormentam as famílias. Essas dificuldades são partilhadas de seguida por pais, mães e filhos.

Analisadas as três perspectivas sobre a forma como percepcionam o seu quotidiano torna-se importante salientar que pais, mães e filhos conceptualizavam o seu dia-a-dia como rotineiro, independentemente de o considerarem positivo ou negativo. O que indica que não existiam desafios nem qualquer tipo actividade estimulante, caso contrário, teriam-no relatado.

6.2.3. Os problemas relatados pelas famílias

Como podemos verificar através da análise da tabela 19, os problemas mais salientes para os pais eram os económicos, que se traduziam em sentimentos de frustração e tristeza como é visível neste relato:

“Os problemas da minha família são como os de tantas outras, a falta de dinheiro para poder dar ao meu filho tudo o que ele precisa. Fico muito triste quando ele me pede alguma coisa e eu não lhe posso dar, mas ele compreende.” (P58, 38 anos)

Tabela 19: Os problemas relatados pelos pais

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|-------------------------|----------|--|
| Resolvem-se conversando | 3 | “Geralmente são resolvidos e partilhados por todos os elementos...” (P14, 46 anos) |
| Económicos | 4 | “Falta de dinheiro para dar ao meu filho o que ele precisa” (P58, 38 anos) |
| Não existem | 1 | “ Não há, que eu saiba” (P43, 48 anos) |
| Doença | 1 | “Os problemas de saúde, só isso” (P46, 35 anos) |
| Álcool | 1 | “Eu portava-me mal com o álcool...” (P34, 38 anos) |
| Problemas Familiares | 1 | “[...] problemas relacionados com a minha ex família...” (P9, 48 anos) |

Tal como é visível, para além dos económicos salientaram os relacionados com a saúde (incluindo as dependências), que acarretavam ainda mais despesas monetárias agravando a extrema precariedade económica em que se encontravam:

“São muito, eu portava-me mal, era o álcool” (P34, 38 anos). *“É o dinheiro, a doença... é basicamente isso”* (P46, 35 anos)

Um aspecto positivo nesta categoria foi o facto de os próprios beneficiários não só se limitarem a enumerar os problemas familiares, como também frisarem a forma como os tentam resolver:

“Não tenho família, logo não tenho problemas. Mas tenho problemas relacionados com a minha ex família, graves que eu vou ter de resolver” (P9, 48 anos)

“Geralmente são resolvidos e partilhados por todos os elementos. Dependendo do tipo e do grau dos problemas a sua resolução pode ser feita pela própria família ou com a ajuda de pessoa com função de apoio social nas várias áreas.” (P14, 46 anos)

Apesar dos problemas enumerados pelos pais, é de salientar um que quando questionado quais eram os problemas da sua família, referiu *“não há, que eu saiba”* (P43, 48 anos). É um beneficiário com família reconstruída, ele encontrava-se empregado ao contrário da esposa, os enteados encontravam-se a estudar. Demonstrou estar feliz e conformado com a vida que possuía e não ambicionava um futuro melhor, do que o presente, para a sua família.

As beneficiárias mães também não apresentaram dificuldade em relatar os problemas que assombravam a sua família. Enumeraram quais os seus problemas e chegaram a explicar a forma como seriam resolvidos (tabela 20).

Tabela 20: A perspectiva das mães sobre os problemas

| Subcategoria | f | Exemplo |
|----------------------------|----------|--|
| As relações familiares | 8 | “Neste momento é o divórcio “ (P38, 49 anos) |
| Saúde | 5 | “Tudo com depressões e stresses” (P51, 24 anos) |
| Desemprego | 7 | “...nós queremos é trabalhar e não haver...” (P42, 50 anos) |
| Muitos | 3 | “São muitos mas eu não ligo...” (P12, 54 anos) |
| Normais | 1 | “Normais.” (P3, 21 anos) |
| Educação dos filhos | 1 | “É educar o meu filho pelo melhor...” (P57, 36 anos) |
| Falta paciência | 1 | “São falta de paciência para aguentar certas situações, estou no limite a estourar” (P25, 42 anos) |
| Não há | 1 | “Está tudo bem” (P36, 37 anos) |
| Resolvidos da melhor forma | 5 | “Resolvo da melhor maneira possível, com a ajuda da psicóloga” (P2, 62 anos) |

Relatos mais abrangentes referiam que os problemas da sua família eram “*muitos mas eu não ligo, posso estar errada, podem-me criticar, mas eu não ligo*” (P12, 46 anos) e caracterizaram-nos como “*normais*” (P3, 21 anos), demonstrando alguma indiferença e pouca necessidade em explorá-los.

Mas nem todos os relatos foram tão genéricos. Algumas mães referiram que os seus problemas eram de teor familiar salientando, por exemplo, a falta de diálogo e comunicação no seio da família, como está explícito nos seguintes exemplos

“*não haver diálogo, quando há problemas é cada um por si*” (P11, 54 anos)

“*[...]os problemas com a minha nora*” (P30, 50 anos).

Outras mães referiram que a falta de saúde era um dos problemas da sua vida e exemplificaram-no dizendo “*a minha filha tem asma, eu e o meu filho também*” (P23, 35 anos).

Infelizmente os problemas não eram apenas estes. As mães acrescentaram ainda a revolta com a situação de desemprego que atingia a sua família, os conflitos familiares e a educação dos filhos:

“*[...] é nós querermos trabalhar e não haver*” (P42, 50 anos)

“*Educar o meu filho pelo melhor e as dificuldades familiares*” (P57, 36 anos)

Outro aspecto ressaltado por uma mãe foi a falta de paciência decorrente da sintomatologia depressiva associada à situação económica e familiar. Neste sentido preferiu que era a “*falta de paciência para aguentar certas situações, estou no limite a estourar*” (P25, 42 anos).

No que diz respeito à forma como os resolvem, as mães referiram que os resolviam “*da melhor maneira possível com a ajuda da psicóloga*” (P2, 62 anos), que

deviam ser “*resolvidos com muita conversa, opiniões, sou muito decidida e sigo o que penso*” (P20, 37 anos) ou mesmo solucionados “*sozinha*” (P5, 34 anos) por não possuir família.

Felizmente, houveram mães otimistas e resignadas que perante a escassez económica e o desemprego consideraram não ter “*problemas na minha família, graças a Deus não. E se houver algum problema a gente resolve na hora, [como?] fala-se não é? Falamos o que está bem, o que está mal, não há cá barulhos.*” (P8, 44 anos).

Apesar da idade, os filhos também percebem os problemas familiares (tabela 21). Como se pode observar os únicos problemas concretos que foram apontados pelos filhos na sua família foram as discussões embora não tenham referido os motivos das mesmas.

Tabela 21: Os problemas dos filhos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|------------------|----|--|
| Tento solucionar | 20 | “Tento resolver, se não consigo saio e falo com a minha mãe” (P29, M, 17 anos) |
| Há discussões | 1 | “Discussões, muitas discussões” (P7, F, 18 anos) |
| Isolo-me | 1 | “”Não falo com ninguém...” (P41, F, 14 anos) |
| Sinto-me triste | 1 | “Nós ficamos tristes...” (P35, M, 11 anos) |

Os relatos dos filhos beneficiários centraram-se na forma como os “*tento resolver, quando vejo que não consigo, saio de casa para aliviar a cabeça, estar com alguém amigo. Ou falo com a minha mãe*” (P29, M, 17 anos)

Um deles deu especial importância à forma como se sentem quando há problemas e disse que “*nós ficamos tristes, resolvemos com calma e vemos se temos possibilidades de resolver. Gosto quando a família vai conversando e estão reunidos*” (P35, M, 11 anos).

Neste tema conseguimos obter uma visão mais detalhada de quais os problemas familiares percebidos pelos beneficiários. A maioria deles resolvia-os internamente. Encontramos apenas uma minoria que aceitava a sua impotência e pedia ajuda externa. Os problemas vividos por eles e a forma como eles os conseguiam, ou não, resolver vão predizer a forma como os próprios se percebem como veremos na temática seguinte.

6.3. Os Afectos

A penúltima categoria, “Afectos”, é constituída pelos temas “Quando me vejo aos espelho” (para pais) e em substituição “Gosto de” para os filhos; pelo tema “Tenho medo” (para pais) e “Quando estou triste” (para os filhos) e, por último, pelo tema “Na família amar e ser amado”.

6.3.1. A imagem reflectida no espelho

O tema da auto-percepção paternal (tabela 22) foi um dos que os beneficiários inquiridos responderam com mais rapidez e de forma mais emotiva. Assistiram-se sempre a relatos opostos, uns referiram que se sentiam bem. Estes beneficiários necessitaram do RSI por pouco tempo, pois estavam na fase final da inserção e tinham conseguido superar os obstáculos. Este avanço nas suas vidas reflectiu-se na forma como se percebiam.

Tabela 22: A auto-percepção paternal

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|--------------|----------|--|
| Mal | 4 | “Mal pelo que passei e podia estar melhor...” (P52, 43 anos) |
| Bem | 2 | “Sempre bem” (P43, 48 anos) |
| Invisível | 1 | “Sinto-me invisível... (P14, 46 anos) |
| Não sei | 1 | “É uma pergunta difícil, não sei...” (P34, 38 anos) |

Todos os outros pais transmitiram sentimentos de mal-estar consigo próprios com foi exemplo um pai que se considerava um *”burro, porque tudo o que eu fiz, tudo o*

que eu lutei, cheguei a esta hora em que estou sozinho” (P9, 48 anos), outro referiu que *“às vezes revoltado comigo mesmo*” (P46, 35 anos) e que *“sinto-me mal*” (P52, 43 anos). Sentiram que passaram pela vida de uma forma despercebida, ou seja, *“sinto-me invisível*” (P14, 46 anos). Um dos pais demonstrou que nunca olhou para si mesmo ao espelho e reflectiu o que viu quando afirmou ser *“uma pergunta difícil, não sei..”* (P34, 38 anos).

No que diz respeito às mães, observamos novamente três posições distintas, sendo duas posições antagónicas, quanto ao modo como se perceberam nesta temática (tabela 23).

Tabela 23: A auto-percepção maternal

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------|----|--|
| Mal | 29 | “Horível, eu raramente me vejo ao espelho.” (P25, 42 anos) |
| Bem | 10 | “Bem. Não posso dizer mais nada.” (P23, 35 anos) |
| Não sei | 1 | “Não sei...” (P3, 21 anos) |

Por um lado, as mães beneficiárias inquiridas referiram que se percepcionavam de forma muito negativa. Quando se colocavam em frente ao espelho viam uma imagem feia, preenchida com sentimentos de revolta, de solidão, de incontornável envelhecimento, de frustração por nunca terem realizado sonhos e de falta de realização pessoal, pudemos verificá-lo nas seguintes transcrições:

“Sinto-me revoltada e com vontade de me matar.” (P2, 62 anos);

“Sozinha, olho para trás e digo para quê que tu olhas tanto pelos outros se recebes tão pouco ou nada” (P6, 62 anos);

“Sinto-me velha, para o que eu era, para o que eu estava, fiquei metade” (P10, 55 anos);

“Por vezes sinto que o tempo passou e parece que pouco fiz na vida. Gostava de ter dado uma vida melhor aos meus filhos” (P15, 41 anos)

Porém, na sequência do observado nas temáticas anteriores aquelas mães que nunca perceberam a existência de problemas na sua família também referiram que quando se viam ao espelho sentiam-se “Bonita, é verdade” (P8, 44 anos). Não se visualizavam de forma negativa e destrutiva.

Tendo em conta o conhecimento dos agregados familiares e a história de vida dos elementos que os constituíam, é de salientar que, o que distinguia as mulheres que se sentiam bem com elas próprias, das outras era a estabilidade familiar que elas possuíam. Independentemente das dificuldades que enfrentavam, as mulheres que possuíam uma família coesa e apoiante sentiam-se mais confiantes e com melhor imagem de si próprias.

6.3.2. O que os filhos referiram gostar

No que diz respeito à exploração do que os filhos referiram gostar (tabela 24) nem sempre encontramos respostas relacionadas com a afectividade.

Tabela 24: O que os filhos gostam

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------|----|--|
| Conviver | 19 | “Estar com amigos...” (P44, F, 11 anos) |
| Estar sozinho | 9 | “Escrever e estar sozinha quando preciso...” (P62, F, 17 anos) |
| Afecto | 2 | “Gosto de carinho,...” (P28, F, 16 anos) |
| Tudo | 2 | “Tudo” (P22, F, 16 anos) |
| Ciências | 1 | “Tudo o que envolve ciências naturais e humanas” (P16, F, 19 anos) |

Os filhos que referiram gostar de afecto traduziram-no da seguinte forma: “Gosto de carinho [...]” (P28, F, 16 anos) ou “Gosto de carinho, abraços, beijos” (P50, M, 36 anos).

Por outro lado, alguns filhos referiram também gostar de convívios familiares e sociais tais como “*passar tempo com a minha família a brincar*” (P18, M, 12 anos) e “*conviver com amigos, família, bom ambiente*” (P29, M, 17 anos).

Nem todos gostavam de conviver. Salientaram situações de isolamento como “*gosto de ver Tv. e ficar no quarto*” (P41, F, 14 anos) e “*ouvir música*” (P53, F, 13 anos).

Apenas um registo especificou algo não relacionado com os afectos, como o seu gosto pela ciência. Também existiram casos de respostas mais ambíguas em que não especificaram, o tudo, que disseram gostar.

A visão mais negativa que os beneficiários possuíam deles próprios também provinha dos inúmeros medos que os assombram, os deixam tristes, inseguros perante a sua vida e sem segurança no futuro, como veremos na temática seguinte.

6.3.3. Os medos e a tristeza

A tabela 25 retrata os medos verbalizados pelos pais. Pudemos ver que eram medos reais como o de morrer, de ficar sozinho, de não poder fazer a família feliz. Alguns pais referiram ter medo de tudo, enquanto outros manifestaram não possuir qualquer medo.

Tabela 25: Os medos relatados pelos pais

| Subcategoria | <i>f</i> | Exemplo |
|-------------------------|----------|---|
| Tudo | 2 | “Outros momentos de medo de tudo...” (P9, 48 anos) |
| Morrer | 4 | “Não aguentar o ritmo...” (P9, 48 anos) |
| Solidão | 1 | “De ficar sozinho...” (P46, 35 anos) |
| Não fazer Família feliz | 1 | “De não ser capaz de fazer a minha família feliz...” (P46, 35 anos) |
| Nada | 3 | “Há momentos que não tenho medo de nada...” (P9, 48 anos) |

Ao elaborar as subcategorias verificamos a existência de pais que viviam assustados referindo que tinham medo de tudo como, por exemplo *“do passado, do presente e do futuro. Tenho medo da vida e de tudo o que a rodeia. Tenho medo da minha pessoa, de falhar, de pensar, de agir, de exprimir, de julgar, de subestimar, de prejudicar... tenho medo do próprio medo”* (P14, 46 anos).

Os pais referiram sentir medos concretos e inerentes ao papel parental quando verbalizavam que tinham *“medo de morrer e deixar os pequenitos, de não ter nada de lhes dar de comer.”* (P34, 38 anos), medo de não conseguir *“fazer a minha família feliz...”* (P46, 35 anos).

Todavia, existem sempre opiniões divergentes. Os beneficiários que, no tema anterior, referiram sentir-se bem com eles próprios, assumiram, agora, não ter medo de nada estando prontos para qualquer desafio.

A temática dos medos (tabela 26) foi a que as mães mais se emocionaram durante as entrevistas, porque muitos dos seus medos envolviam os seus mais que tudo, os seus filhos. Foram elencados medos reais que, a se concretizarem, iriam trazer dificuldades acrescidas às famílias, situações contra as quais não podiam lutar nem tinham capacidade de evitar.

Tabela 26: Os medos maternos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|----------------------------|----|---|
| Morrer/doença | 10 | “Muita coisa... morrer.” (P24, 57 anos) |
| Deixar filhos desamparados | 5 | “Morrer e deixá-los desamparados...” (P30, 50 anos) |
| Solidão/velhice | 4 | “...de chegar a velha e não ter quem olhe por mim...” (P10, 55 anos) |
| Acontecer algo aos filhos | 4 | “Eu tenho muito medo que aconteça algo aos meus filhos, se lhes acontecer algo afecta-me muito” (P10, 55 anos). |
| Fracassar | 4 | “Fracassar como mãe...” (P25, 42 anos) |
| Desemprego | 1 | “... do meu marido perder o emprego...” (P61, 42 anos) |
| Viver | 1 | “Medo de viver.” (P37, 40 anos) |
| Tudo | 1 | “De tudo um pouco.” (P57, 36 anos) |
| Não sei | 1 | “Não sei...” (P3, 21 anos) |
| Ficar desamparada | 1 | “perder a ajuda da assistente social” (P2, 62 anos) |
| Nada | 3 | “Não tenho medo de nada” (P8, 44 anos) |

Algumas mães angustiadas referiram ter medo “*de morrer*” (P20, 37 anos). Esse medo era em relação a si, por não quererem deixar a sua vida familiar, mas também no sentido de abandonar os filhos, tendo-o referido através de medo de “*morrer e deixá-los desamparados*” (P30, 50 anos).

Os medos mais referidos não eram apenas o de morrer ou deixar os filhos desamparados. Imediatamente de seguida encontramos o medo de envelhecer e de ficarem sozinhas sem apoio, referiram ter “*muito medo da velhice*” (P11, 54 anos) quando viviam isoladas e “*de cair numa cama e não ter quem olhe por mim*” (P6, 62 anos). Mesmo quando existia retaguarda familiar, o medo persistia, referiam o medo “*de não poder ajudar a minha família quando precisarem de mim. De envelhecer. Acima de tudo de ficar dependente deles*” (P15, 41 anos).

Estas mães preocupadas com os filhos, como sempre se definiam, assumiram o enorme medo de que algo acontecesse aos filhos. Salientaram esse pavor ao proferir “*perder os meus filhos*” (P32, 36 anos) e “*medo de perder um dos filhos e vê-los infelizes e doentes.*” (P60, 36 anos).

Contudo, os medos das mães não eram apenas estes, revelaram o medo “*de fracassar como mãe*” (P25, 42 anos) presente também quando referiram o medo que possuem de os filhos e os familiares “*não gostem de mim*” (P5, 34 anos).

Uma mãe referiu sentir medo que o marido, o único elemento do agregado familiar empregado, ficasse desempregado e a situação económica piorasse. Outra mãe assustada, sem esperança no futuro, revelou a falta de crença de que conseguiria aguentar as dificuldades e referiu ter medo de viver. A par com estes medos, existiam mães que referiam ter medo de tudo o que as rodeava. Uma mãe perante a frase bloqueou, emocionou-se e apenas referiu que não sabia do que tinha medo.

Salientamos aqui a uma resposta de uma beneficiária, que vivia isolada, cuja única família que possuía era a própria mãe e os filhos, mas nenhum deles não se importavam com as suas carências. Esta beneficiária exprimiu apavorada que tinha muito medo de perder a ajuda da assistente social, pois era através dela que recebe o

RSI que lhe permite pagar as contas básicas e que providenciou um apoio extra para aquisição de medicação indispensável para a manutenção dos níveis mínimos de saúde.

Todavia, há mulheres que referiram não ter medo de nada pois os medos que sentiam foram conseguindo enfrentá-los. Esta beneficiária, ex-vítima de violência doméstica, exemplificou-o muito bem:

“Eu não tenho medo de estar só... eu medo medo não tenho de nada, acho que não sinto medo de nada. Tinha medo do meu marido mas enfrentei-o. A minha filha disse-me “mãe tens de enfrentá-lo, mãe”, embora a minha filha se dê muito bem com ele, e ele com ela, mas a minha filha disse-me sempre, não fujas tens de enfrenta-lo, se não queres, diz que não queres, mas cara a cara. Enfrentei-o, levou por duas vezes e acabou o medo dela. Era a única pessoa de quem eu tinha mais medo era dele.” (P12, 54 anos).

No que diz respeito à opinião dos filhos, a tabela 27 expõe as subcategorias formadas através das respostas dos mesmos à frase que abordava a tristeza.

Tabela 27: As reacções dos filhos quando se sentem tristes

| Subcategoria | f | Exemplo |
|-----------------|----|--|
| Isolo-me | 20 | “Vou para o quarto sozinho” (P47, M, 14 anos) |
| Procuro ajuda | 6 | “Falo com o meu irmão e ele ajuda-me...” (P35, M, 11 anos) |
| Comporto-me mal | 1 | “Nada de mais, comporto-me mal e os meus pais ralham-me” (P59, M, 10 anos) |

É de salientar que o isolamento era a solução encontrada por muitos deles. Independentemente da idade, os filhos quando se sentiam tristes referiam que iam *“para o quarto até passar, fico sozinho”* (P20, M, 11 anos). Isto demonstrou, em alguns casos, a falta de apoio percebido por estas crianças no seio familiar. Outros recorriam ao isolamento para não sobrecarregar a família *“resguardando-me num mar pequeno. Às vezes é bom e mau não falar. A minha mãe pergunta-me o que se passa e digo que não se passa nada, ela já tem os problemas dela. Não devia ser assim.”* (P31, F, 18 anos).

Todavia, alguns sempre filhos que, devido ao núcleo familiar onde estavam inseridos e pelas particularidades do relacionamento estabelecidos entre os vários membros, partilhavam as angústias e solicitavam ajuda:

“Falo sempre com o meu irmão e digo o porquê, ele ajuda-me e ajuda-me a ter calma” (P35, M, 11 anos)

Um dos filhos, de apenas 10 anos, teve a perspicácia de referir que quando estava triste se comportava mal e os pais chamavam-no a atenção. Era a estratégia que utilizava para de manifestar o que sentia.

Apesar de muitos deles terem pouco mais de uma década de existência, expressavam perfeitamente o que sentiam e a forma como se comportavam nesses momentos, em que parecia que nada corria bem. O vazio e a tristeza que surgia, sempre que possível, eram ultrapassados pelo amor dos seus familiares

Os medos sentidos iam-se esbatendo quando os beneficiários percepcionavam a existência de amor na sua família e que o amor que eles davam era recebido, no mínimo, de igual forma. Essa análise encontra-se no próximo tema.

6.3.4. O amor na família

Unanimemente, os pais referiram-se à temática da distribuição do amor na família (tabela 28) no sentido de ser imperioso que na família se ame e se seja amado. Só assim poderão ter um suporte sólido para os orientar na vida.

Tabela 28: A percepção paternal do amor na família

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|---|
| É por igual | 5 | “É igual...” (P52, 43 anos) |
| É fundamental | 3 | “... fornece os pilares da própria família...” (P14, 46 anos) |
| Amo muito | 2 | “amo mais os meus filhos que eles a mim” (P9, 48 anos) |
| É um dever | 1 | “é um dever para com a família...” (P14, 46 anos) |

Dos pais inquiridos pudemos verificar que existiram cinco relatos que referiam que na sua família o amor estava distribuído equitativamente, ou seja, os pais amavam e sentiam-se amados com a mesma intensidade pela sua família. Embora esse fosse o cenário mais justo, nem sempre acontecia. Dois pais traduziam-no ao referir que “*é relativo, eu acho que os amo muito mais*” (P34, 38 anos).

Um beneficiário descentrou-se do modo como o amor está distribuído e referiu a importância da existência de amor na família como sendo fundamental e um dever:

“Amar e ser amado, é o partilhar de sentimentos que nos une. Amar é um dever para com a família. É um bem precioso para uma boa autonomia, compreensão e fortalecer os pilares da própria família. O amor é um bem, que não se paga, não tem custos, nem despesa e é um património que ninguém nos pode tirar” (P14, 46 anos)

No caso das mães, a forma como o amor era percebido não foi muito distinta (tabela 29). Como pudemos observar, várias expressaram que “*amo mais, mas eles também me amam, mas não abusam. Não podemos confundir o amor com a educação*” (P60, 36 anos), ou que consideram que “*é por igual e é bom*” (P30, 50 anos). Os relatos oscilaram entre amar a sua família por igual e sentir que é amada.

Tabela 29: A percepção maternal do amor na família

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|---|
| É igual | 14 | “É igual, eu amo e eles também me amam muito...” (P19, 45 anos) |
| Eu amo mais | 13 | “Eu amo mais.” (P27, 39 anos) |
| Não sou amada | 1 | “Não sou amada.” (P2, 62 anos) |
| Sou amada | 1 | “Sou amada mas com aquelas regras e limitações...” (P51, 24 anos) |
| Não sei | 1 | “Não sei.” (P24, 57 anos) |

Vida cruel a da beneficiária que em temáticas anteriores referiu ter sido violada, abandonada pela sua família, que expressava a revolta e o desejo de morrer, aqui referiu somente que não era amada, pois não considerava ter família.

Uma mãe com baixa escolaridade e falta de competências de comunicação referiu não saber explicar como se processavam as trocas afectivas na família, nem conseguiu expressar o que sentia.

No caso dos filhos, abordamos nesta temática, não a existência de amor na família, mas sim, qual o sentido em que o amor era distribuído (tabela 30).

Tabela 30: A percepção filial do amor na família

| Subcategoria | f | Exemplo |
|------------------|----|---|
| É por igual | 17 | ”Sempre fui amado e sempre amei a minha família” (P56, M, 16 anos) |
| Sou mais amada | 4 | “Elas gostam mais de mim que eu delas...” (P20, M, 11 anos) |
| Gosto mais deles | 2 | “Amo mais que eles” (P41, F, 14 anos) |
| Com afecto | 1 | “É transmitido com tal sentimento e tanto afecto, como físico.” (P16, F, 19 anos) |

É de salientar a visão que os filhos possuíam era de que o que era ideal era que o amor fosse distribuído na família de forma uniforme. Esta visão é nítida quando um jovem filho referiu que na sua família “*somos todos amados por igual*” (P31, F, 18 anos) não percepcionado, por isso, que se pudesse amar mais ou ser mais amado. Contudo, nem todos os filhos o percepcionavam da mesma forma.

Existiam filhos que discordavam com a posição anterior, ou seja, que não sentiam que o amor estivesse equitativamente distribuído, referindo que os “*amo mais do que sou amada*” (P7, F, 18 anos) pois “*gosto mais deles*” (P33, M, 8 anos),

Na posição oposta encontravam-se os filhos que sentiam que a família gostava mais deles que eles dela, ou seja, “*elas gostam mais de mim que eu delas porque não lhes dou muita importância*” (P20, M, 11 anos) ou “*sou mais amado*” (P35, M, 11 anos). Os filhos que se posicionavam nesta categoria eram oriundos de famílias onde se assistiam a situações de violência. Nestes dois casos concretos as mães faziam tudo por eles mas eles assistiam a situações que não deveriam e isso deixava-os com sentimentos negativos, contraditórios, perante alguns dos membros da família.

Apesar das divergências de opinião e de percepção familiar, os filhos não colocavam a hipótese de não serem amados pela sua família nem de esta ser muito importante para eles, apenas nem sempre consideravam que amavam e eram amados com a mesma intensidade.

Analisada a forma como os beneficiários percepcionavam o afecto na sua família, de seguida encontram-se apresentadas as suas expectativas para o futuro.

6.4. As Expectativas em Relação ao Futuro

A última categoria “Expectativas em Relação ao Futuro” subdivide-se no tema “Se soubesse o que sei hoje” (para os pais), “Sonho com” (pais e filhos), “A minha família ideal” (para pais) e “Gostava que a minha família” (para os filhos).

6.4.1. Se soubesse o que sei hoje

Esta temática dá voz aos sentimentos mais profundos dos beneficiários, proporcionando-lhes a oportunidade única de revelarem o que gostariam de ter alterado no passado (tabela 31). Estes não vivem a vida que escolheram nem a vida que sonharam para si. Foi o possível na altura e, por isso, a maioria deles se pudessem alterariam muitos aspectos das suas vidas.

Tabela 31: As alterações que os pais efectuariam

| Subcategoria | f | Exemplo |
|------------------------|----------|---|
| Alterava quase tudo | 1 | “Mudava quase tudo...” (P9, 48 anos) |
| Questões afectivas | 2 | “não tinha casado a 1ª vez...” (P43, 48 anos) |
| Questões profissionais | 5 | “... não corria riscos no trabalho que corri que me estragaram a vida [desemprego]...” (P46, 35 anos) |
| Questões pessoais | 2 | “... Vivia mais a vida, dava mais valor às coisas pequenas, seria mais eu mesmo.” (P14, 46 anos) |
| Nada alterava | 2 | “Voltaria a fazer tudo aquilo que fiz até hoje” (P58, 38 anos) |

O depoimento mais dramático foi proferido por um beneficiário que referiu que mudaria tudo na sua vida, desde a mulher que escolheu para ser a mãe dos seus filhos

passando pelas opções profissionais e pela sua conduta. Um homem marcado por escolhas conscientes em momentos onde tudo corria bem, que condicionaram a sua vida de tal forma que se tornou beneficiário de RSI:

“Se eu pudesse mudar, mudava quase tudo, a nível pessoal e profissional... não fazia a asneira que fiz, não me tinha desempregado por causa dela, deixei-me influenciar por muita gente” (P9, 48 anos)

Felizmente, nem todos os relatos transportavam tanta negatividade, normalmente salientavam apenas sectores que alterariam. Há dois pais que referiram que alteravam aspectos na vida afectiva, como por exemplo, *“não tinha casado a 1ª vez...”* (P43, 48 anos) ou *“não casava tão cedo”* (P34, 38 anos). Outros alteravam aspectos no percurso profissional, como este pai que referiu que *“... não corria riscos no trabalho que corri que me estragaram a vida [desemprego]”* (P46, 35 anos).

Outro aspecto referido dizia respeito a ter conduzido a vida de forma diferente, na medida em que *“os meus erros seriam virtudes. Se eu soubesse o que sei hoje vivia mais a vida, dava mais valor às coisas pequenas, seria mais eu mesmo. Separava o bom do mau, [...]”* (P14, 46 anos). Assim, como nos temas anteriores, existiram sempre beneficiários orgulhosos do seu percurso que não alterariam nada.

No que concerne ao que as mães alterariam no passado (tabela 32), estas podem-se subdividir em três subcategorias as que mudariam tudo, as que alterariam alguns aspectos e as que não fariam qualquer alteração.

Tabela 32: O que as mães mudariam se soubessem o que sabem hoje

| Subcategoria | f | Exemplo |
|-----------------|----|---|
| Tudo | 1 | “Tudo, não queria filhos, não queria homem, não queria ninguém” (P2, 62 anos) |
| Nada | 3 | “Não mudava nada” (P40, 35 anos) |
| Alguns aspectos | 18 | “...estudava para ter vida melhor.” (P37, 40 anos), “Não tinha casado, era mãe na mesma mas não tinha casado” (P19, 45 anos), “tinha na mesma a menina mas não com aquele pai.” (P51, 24 anos), “Não tomava conta da minha irmã, nem daquele que me puseram a porta...” (P6, 62 anos) |

Na primeira tipologia de respostas encontramos uma beneficiária que referiu que alteraria tudo na sua vida. Esta beneficiária vivia isolada apesar de ter dedicado a sua vida à família. Actualmente, por se encontrar sozinha sentia-se arrependida do esforço, irreconhecível, que fez pelos outros.

O segundo grupo de mulheres referiu que alterariam apenas alguns aspectos da sua vida. Os aspectos que elas referiram eram distintos, algumas mães que alterariam aspectos académicos “*nunca teria deixado a escola*” (P3, 21 anos), “*Eu estudava para ter vida melhor*” (P37, 40 anos). Outras alterariam aspectos associados às relações familiares “*não teria deixado a aldeia para vir estudar para o Porto*” (P12, 54 anos), “*tinha criado a minha outra filha mais junto de mim como estou a criar esta*” (P38, 49 anos), “*Não tomava conta da minha irmã, nem daquele que me puseram a porta...*” (P6, 62 anos) devido ao não reconhecimento do seu esforço e, finalmente, alterariam aspectos relacionados com as relações afectivas “*não tinha casado*” (P19, 45 anos), “*tinha na mesma a menina, mas não com aquele pai*” (P51, 24 anos).

As que não alterariam nada encontravam-se satisfeitas e acomodadas à sua vida de beneficiárias, não percepcionavam grandes problemas porque também não se debruçavam sobre o assunto, não apresentam ambições nem objectivos. Deixavam que a vida as guiasse, não questionavam nem projectavam.

As experiências menos bem sucedidas efectuadas no passado destes interferiram com o que desejam para o seu futuro, é de esperar que tudo o que é fruto de crítica ou de dificuldade se tente melhorar no futuro como veremos de seguida

6.4.2. Os sonhos

Como é visível na tabela 33, para o futuro os beneficiários ambicionavam o melhor para si e para os seus, consoante as suas dificuldades. Dessa forma demonstraram, novamente, o quanto a família, mais especialmente os filhos, eram importante para eles.

Tabela 33: A Os sonhos dos pais

| Subcategoria | f | Exemplo |
|------------------------------|---|--|
| Dar futuro melhor aos filhos | 4 | “Dar um futuro ao meu filho, dar-lhe carinho.” (P4, 22 anos) |
| Ter saúde | 3 | “Tenha muita saúde...” (P43, 48 anos) |
| Conseguir Emprego | 3 | “Ter trabalho...” (P46, 35 anos) |
| Ser feliz | 3 | “... ser feliz.” (P46, 35 anos) |
| O Direito de sonhar | 1 | “Sonho com o direito de sonhar (P14, 46 anos) |

Os pais sonhavam, essencialmente, em poder proporcionar um futuro melhor para os filhos referindo que desejavam que os filhos tivessem *“uma vida e um futuro melhor do que eu”* (P34, 38 anos). Ambicionavam apenas o que tinham direito em ter *“muita saúde, um trabalho e que tudo corra bem”* (P43, 48 anos) ou, no mesmo sentido, *“ter trabalho, saúde e ser feliz”* (P46, 35 anos).

Os seus sonhos passavam também por si próprios, em melhorar de vida, refazer a vida com alguém. Eram pequenos e exequíveis objectivos tão difíceis de alcançar. Um exemplo desses sonhos é este relato que referia que sonhava *“para já com estabilidade, com saúde, se possível, com trabalho, e também tenho o direito de arranjar alguém para refazer a minha vida”* (P9, 48 anos).

Um beneficiário posicionou-se de forma diferente, referiu que sonhava com o direito de poder sonhar livremente *“com um mundo melhor, uma sociedade mais justa, mais livre, mais feliz, mais segura, mais compreensiva, mais digna de viver. Sonho com o paraíso, com que o impossível se torne realidade. Resumindo, sonho com o direito de sonhar”* (P14, 46 anos).

No que diz respeito ao que as mães ambicionam para o futuro (tabela 34), existiram alguns relatos que retrataram desejos generalizados de *“uma vida melhor”* (P57, 36 anos).

Tabela 34: Os sonhos das mães

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------------|----|--|
| Uma vida melhor | 33 | “Uma vida melhor do que esta...” (P8, 44 anos) |
| Ser feliz com alguém | 8 | “Ser feliz, ser amada...” (P60, 36 anos) |
| Ter saúde | 3 | “Ter saúde, se não fica difícil.” (P23, 35 anos) |
| Ver família bem | 3 | “Ver todos os filhos bem.” (P19, 45 anos) |
| Ter uma casa | 3 | “Com uma casa minha.” (P42, 50 anos) |
| Estudar | 2 | “Conseguir os objectivos, ir para a faculdade...” (P51, 24 anos) |
| Morte | 2 | “Morte... mas não vou me matar” (P2, 62 anos) |
| Pagar as despesas | 1 | “...conseguir pagar as despesas da casa, a minha da medicação...” (P6, 62 anos). |
| Emagrecer | 1 | “... perder peso”. (P25, 42 anos) |
| Tirar a carta de condução | 1 | “Tirar a carta de condução para poder arranjar outros trabalhos” (P27, 39 anos) |
| Um mundo melhor | 1 | “... que todo o sofrimento e maldade no mundo um dia acabe...” (P38, 49 anos) |

Outras, mais minuciosas referiram aspectos da sua vida que sonhavam alcançar ou melhorar. A nível familiar sonhavam com “*ver todos os filhos bem*” (P19, 45 anos) e “*conseguir pagar as despesas da casa, a minha da medicação*” (P6, 62 anos).

A nível individual referiram sonhar com aspectos distintos mas todos viáveis, sonhavam em (re)construir a vida com alguém e assim “*ser feliz, ser amada...*” (P60, 36 anos), em ter “*uma casa minha*” (P42, 50 anos), “*ter saúde*” (P23, 35 anos), “*continuar os estudos e ir para a faculdade...*” (P51, 24 anos). Sonhavam, também, em melhorar a sua saúde através de “*perder peso*” (P25, 42 anos) e serem mais independentes através de “*tirar a carta de condução para poder arranjar outros trabalhos*” (P27, 39 anos).

Duas beneficiárias referiram que sonhavam para o futuro com algo relacionado com a morte. Uma beneficiária confessou que sonhava em morrer para acabar com o seu sofrimento por estar isolada. A outra, apoderada pela raiva, referiu sonhar que matava, por ciúme, a actual mulher do ex-marido.

Aqui, as mães demonstraram estarem insatisfeitas com a sua vida e mesmo aquelas beneficiárias que na temática anterior não teriam mudado nada na sua vida, sonhavam com que algo mude no futuro.

Ao analisarmos as respostas dos filhos (tabela 35) verificamos que partilhavam vários sonhos dos pais, como por exemplo de terem uma vida melhor, mas também possuíam sonhos específicos como o de serem independentes.

Tabela 35: Os sonhos dos filhos

| Subcategoria | f | Exemplo |
|----------------------|----|--|
| Futuro promissor | 14 | “...ter um bom futuro para a minha vida” (P56, F, 16 anos) |
| Família com harmonia | 10 | “... ter uma família reunida.” (P35, M, 11 anos) |
| Estudar | 5 | “... conseguir ir para a faculdade.” (P41, F, 14 anos) |
| Ter casa nova | 2 | “...ter a minha casinha e os filhos comigo...” (P7, F, 18 anos) |
| Independência | 1 | “... queria depender só de mim e não pedir nada à mãe” (P55, F, 17 anos) |
| Ter um pai melhor | 1 | “Não sei, gostava de ter um pai melhor.” (P20, M, 11 anos) |

Os filhos sonhavam em conseguir prosseguir nos estudos, ter um bom emprego e ser independentes, referindo que desejavam continuar a sua vida de “*estudante, quando for grande ir trabalhar e fazer as minhas coisas, arranjar uma casa e sustentar os meus filhos*” (P59, M, 10 anos). No mesmo sentido e, reafirmando a necessidade de independência, referiram que o seu sonho era “*ter um bom emprego fixo, ter a minha própria casa, queria depender só de mim e não pedir as coisas que preciso à minha mãe*” (P55, F, 17 anos)

Paralelamente, não esqueceram as questões emocionais e desejavam encontrar alguém que as amasse, com quem pudessem constituir família e proporcionar-lhes o melhor que conseguissem. Referiram-no dizendo que sonhavam em “*casar, ter um trabalhinho, a minha casinha, os meus filhinhos e ajudar os meus pais, claro*” (P7, F, 18 anos), desejavam ter “*um futuro promissor ao lado da pessoa amada. Conviver com a minha família e criar, possivelmente, a minha própria família*” (P16, F, 19 anos)

Os sonhos que se prendiam com alterações na família actual estavam relacionados com o idealizar que tudo o de negativo fosse ultrapassado, ou seja, que no futuro a sua família fosse mais feliz. Um, dos dois relatos de filhos de pais separados, referiu com mágoa que os pais não se preocuparam em manter uma relação com eles, e que *“gostava de ter um pai melhor”* (P20, M, 11 anos). O outro referiu querer *“dar uma vida boa aos meus filhos que eu gostava de ter dois. Ter um trabalho e não os obrigar a passar o que eu passo e não fazer o que o meu pai me fez”* (P29, M, 17 anos).

Independentemente do caminho que escolheram e do que preferiram que acontecesse, os filhos essencialmente desejavam *“Ser feliz”* (P22, F, 16 anos) e poderem ter uma família unida. Se essa família pudesse ser a ideal, como veremos no último tema, melhor.

6.4.3. A família ideal

A última temática analisada na perspectiva parental masculina diz respeito às expectativas para o futuro (tabela 36).

Tabela 36: A família ideal na perspectiva dos pais

| Subcategoria | f | Exemplo |
|-------------------------|---|---|
| A que tenho | 7 | <i>“Graça a Deus é a família que tenho.”</i> (P14, 46 anos) |
| Onde existe sinceridade | 1 | <i>“[...] não queria que fosse como no natal que tudo se cumprimenta e depois no outro dia volta tudo ao mesmo”</i> (P9, 48 anos) |

Curiosamente, durante as entrevistas, os pais foram referindo aspectos que desejavam mudar na sua vida, o que sonhavam para o futuro mas quando foram questionados qual seria a sua família ideal, todos referiram, sem hesitar, que a família que possuíam na altura era a ideal, bem visível no seguinte relato:

“Graças a Deus é a família que tenho” (P14, 46 anos).

O único relato que se desviava desse padrão foi o do beneficiário que estava isolado que referia que a sua família ideal era a que não teve, explicou-o muito bem quando referiu *“a gente as vezes olha para as famílias e acha que aquilo é uma mar de rosas e não é, ter uma companhia, os meus filhos do meu lado, gostava que houvesse harmonia, que compartilhassem tudo comigo, fossemos uma família normal. Mas não queria que fosse como no Natal que tudo se cumprimenta e depois no outro dia volta tudo ao mesmo. Para mim o Natal teria de ser todos os dias, claro que temos de passar os maus momentos, mas não é fácil”* (P9, 48 anos).

Nesta última temática foi explorado, de igual forma, o conceito de família ideal para as beneficiárias (tabela 37). Mais uma vez as respostas femininas foram divergentes. Existiram mães que adotaram uma postura de defensoras do lar e referiram *“é a que tenho”* (P3, 21 anos), sem apontar qualquer lacuna.

Tabela 37: A família ideal na perspectiva das mães

| Subcategoria | f | Exemplo |
|---------------------|----------|---|
| A que tenho | 18 | <i>“É a que tenho, sem tirar nem por”</i> (P15, 41 anos) |
| Constituir família | 5 | <i>“Eu, as minhas filhas e alguém.”</i> (P20, 37 anos) |
| Só com filhos | 4 | <i>“Só eu e os meus filhos.”</i> (P32, 36 anos) |
| Com compreensão | 3 | <i>“...com mais harmonia, compreensão e mais paz”</i> (P11, 54 anos) |
| A de antes | 3 | <i>“Era a de antes, eu, meu marido e meus filhos...”</i> (P30, 50 anos) |

Porém, nem todas partilharam da mesma experiência, as que não tinham família desejavam construir uma, ou seja, partilhavam o desejo de ter *“uma companhia que gostasse de mim e de quem eu gostasse também, ter outro filho e fazer a felicidade ali”* (P24, 57 anos). Algumas mães referiram que a sua família ideal era aquela onde todos se compreendiam e apoiavam. Por fim, nas monoparentais, por motivo de viuvez, referiram que a família ideal era a de antes do falecimento do cônjuge.

A última temática analisada através do discurso dos filhos está relacionada com o desejo que os filhos possuíam para a sua família (tabela 38). O que eles desejavam que acontecesse ou se alterasse no futuro para si e para os que os rodeiam.

Tabela 38: Os desejos dos filhos para a sua família

| Subcategoria | f | Exemplo |
|--------------------|----|--|
| Fosse unida | 23 | “Toda a gente junta” (P41, F, 14 anos) |
| Ter saúde | 2 | “Vive-se tranquilamente e com muita saúde” (P56, M, 16 anos) |
| Fosse feliz | 1 | “Fosse feliz sem nenhum problema.” (P54, F, 14 anos) |
| Ter um bom futuro | 1 | “Ter um bom futuro...” (P55, F, 17 anos) |
| Ter uma casa maior | 1 | “Ter uma casa grande” (P33, M, 18 anos) |
| Não sei | 1 | “Não sei” (P28, F, 16 anos) |

Verificamos a consciencialização por parte dos filhos das desavenças familiares, e o assumir de que era algo que afectava e condicionava o seu futuro. Os filhos desejavam que no futuro a sua família *“fosse mais unida e se dessem melhor”* (P7, F, 17 anos), que *“soubesse interagir melhor, bem como, saber melhor como respeitar gostos e ideias diferentes”* (P16, F, 19anos), que *“fosse melhor para mim, já é bom, mas podia ser melhor, podiam-me dar mais atenção, das minhas irmãs tenho, mas da minha mãe não tanto com eu queria”* (P20, M, 11 anos) e que tivesse *“mais comportamentos como adulto e acho que antes o meu pai não se portava bem, agora mudou, tem se portado como um adulto e eu gosto mais”* (P35, M, 11 anos)

Os outros relatos estavam associados a necessidades específicas como o de: ter uma casa maior, a necessidade de terem um bom futuro e que todos os elementos da família não padecessem de nenhuma doença. Nesse sentido referiram desejar que tivessem *“ um bom futuro, vivesse sem nenhum problema de família nem de saúde”* (P55, F, 17 anos).

Não se assistiu a nenhum relato por parte dos filhos de aumentarem as condições económicas da família para poderem ter algo diferente. Pelo contrário, referiram questões que, quase nunca, se traduziam em bens materiais. De facto, para os filhos, o mais importante é terem a sua família unida para se sentirem seguros. Logo, não se torna fundamental possuírem as condições económicas para obter o que nunca lhes foi proporcionado, se lhes faltar o seu pilar, a família.

Expostos todos os discursos de pais e filhos no que dizia respeito às quatro categorias, passamos, de seguida, à análise dos resultados tendo em conta os objectivos propostos neste estudo.

7. Análise dos Resultados

Neste ponto será elaborada uma análise dos resultados acima apresentados em virtude dos objectivos específicos formulados. Tendo em consideração que os relatos foram proferidos na primeira pessoa, temos diversos conteúdos de respostas, na mesma categoria, tentaremos contextualizar sempre que necessário tendo a história de vida dos beneficiários.

O primeiro objectivo baseou-se em averiguar a forma como pais, mães e filhos percepcionavam a identidade da sua família. Um ponto em comum entre todos eles foi que todos conceptualizavam a identidade da sua família de forma muito real e objectiva.

Ao comparar a resposta entre os diversos elementos da família, estes consideravam que a família era a base do seu ser e que se tornava indispensável para sobreviver. Mesmo os indivíduos que referiram não possuir família, valorizavam a sua importância. Os filhos eram os que mais deixavam transparecer o quanto a família se tornava a base, o seu suporte, porque, mesmo não sendo a família ideal, era a única que possuíam.

Quanto a considerarem a sua família como sendo a ideal, os pais não o colocaram em questão. As mães, por outro lado, tinham perspectivas diferentes. Apesar de muitas considerarem que a família que possuíam era a ideal, outras divergiam de opinião. As famílias monoparentais femininas desejariam ter companheiro para dividir as angústias e as alegrias, ou porque era viúvas e o companheiro fazia-lhes falta, ou porque tinham sido abandonadas pela família. Mulheres com família próxima sentiam que, mesmo assim, não era a ideal porque não as faziam felizes por falta de compreensão e respeito. Contudo, todos estavam de acordo que a família ideal deveria ser aquela onde existiria amor, carinho respeito e apoio mútuo.

Ao tentarmos inferir qual o papel da família na vida dos beneficiários chegamos a resultados idênticos aos encontrados por Marujo e Neto (2007) nos Açores, excepto na expressão feminina sobre a família ideal. Esta diferença pode ser justificada pelas dramáticas histórias de vida das famílias monoparentais femininas, pautadas por abandono, divórcio, maus-tratos e falta de apoio.

O segundo objectivo tinha como propósito avaliar na perspectiva dos beneficiários quais os momentos mais importantes para eles.

Analisando, comparativamente, as respostas de pais, mães e filhos, pudemos verificar que nos três grupos verificaram-se semelhanças no que dizia respeito aos momentos mais importantes. Para todos, os momentos referidos como mais importantes passados em família, foram, como encontrado por Marujo e Neto, os momentos em que estavam todos reunidos em ocasiões informais (como aniversários e ocasiões festivas). Estes momentos eram os escolhidos como os ideais porque havia companheirismo, partilha de experiências, convívio (muitas vezes o único existente), sentimentos de alegria e união, tão pouco presentes nas suas vidas.

Encontramos aqui uma realidade salientada pelas mães, igualmente visível no estudo de Marujo e Neto. Foi consensual, em ambos, a importância dos filhos para as mães, assim como a importância que o nascimento deles teve na vida delas, ao ponto de estas considerarem ter sido dos melhores momentos passados em família.

Os dois primeiros objectivos prenderam-se com a análise relativa ao presente dos beneficiários, o terceiro prende-se com as expectativas futuras que pais, mães e filhos possuem.

Os aspectos comuns referidos por pais, mães e filhos relativamente às expectativas para o futuro foram o desejo de ter um futuro mais risonho que o presente, onde conseguissem ser felizes. O conceito de felicidade era transversal a todos, passava por terem saúde, uma família unida, um emprego, melhores condições habitacionais e ajudarem-se mutuamente.

Assim como o encontrado por Marujo e Neto, os pais essencialmente desejavam um emprego que lhes permitisse obter condições económicas para ter uma casa maior, pagar as despesas familiares e proporcionar todas as condições à sua família. Desejavam, ainda, ver os filhos evoluir e assegurarem o seu futuro.

O quarto objectivo tinha como fundamento o facto de Marujo e Neto (2007) terem conseguido formar duas tipologias de beneficiários de RSI. Num grupo, os que eram caracterizados como optimistas, que provinham de famílias coesas onde qualquer problema era ultrapassado em conjunto, no qual existia um equilíbrio emocional dos membros do agregado que se traduzia em trajectórias de vida mais organizadas. No pólo oposto encontraram outro grupo, constituído com beneficiários oriundos de famílias desestruturadas, onde haviam lacunas nas relações afectivas, falhava o suporte familiar. Ao faltar esse apoio, quando os beneficiários estavam perante dificuldades não tinham recursos internos para as ultrapassar e falhavam novamente. Acabavam por desistir, não conseguindo traçar um caminho que os levasse para fora desse ciclo vicioso.

No nosso estudo assistimos a algo semelhante. Aquando da exposição dos relatos dos pais verificamos, por inúmeras vezes, que o modo como decorreu a infância dos beneficiários, as suas experiências desde tenra idade, condicionou o seu papel de mãe e de pai. Se, em crianças, tivessem passado por dificuldades, refeririam não querer nunca que os filhos sofressem o que eles sofreram. Se tivesse decorrido com normalidade não refeririam esse facto.

Mais adiante, quando os beneficiários falavam do presente referiam os momentos mais felizes. O grupo caracterizado como tendo uma família unida onde havia comunicação, referia com entusiasmo os momentos importantes, chegando mesmo a referir que todos os dias eram importantes desde que estivessem juntos. De seguida, salientavam que o seu dia-a-dia era bom e que quando se viam ao espelho gostavam da imagem espelhada. Não salientavam problemas nas suas famílias nem apresentavam receios para o futuro. Se tivessem oportunidade, pouco ou nada alteravam na sua vida, sonhavam com a continuação do que tinham e um pouco mais de sorte.

Pelo contrário, quando os beneficiários relatavam que os seus momentos importantes em família eram escassos, reduzidos às festas de aniversários que ocorriam apenas anualmente, referiam de igual modo que o seu dia-a-dia era difícil e as suas vidas repletas de problemas. Sentiam-se mal, velhos e frustrados quando se viam ao espelho e não se percepcionavam amados pelas suas famílias. Se pudessem tinham alterado vários aspectos da sua vida, nomeadamente teriam continuado a estudar e não teriam casado. Sonhavam com uma vida totalmente diferente da sua, encontravam-se a suspirar por um fio de felicidade, contudo não sabiam como a alcançar. Não traçavam metas, não sabiam qual o caminho a seguir estavam perdidos, estagnados na sua condição de beneficiário.

O último objectivo prendeu-se com a comparação entre a realidade dos beneficiários de RSI dos Açores estudados por Marujo e Neto (2007) e os de Rio Tinto. Após analisada globalmente cada categoria pudemos verificar que a forma como os beneficiários conceptualizavam a sua família não diferia de região, ou seja, em ambas assistiu-se a uma forte e valorizada ligação com as suas famílias, mesmo quando não mantinham uma relação muito próxima, manifestavam com sofrimento essa ausência. Desempenhavam com muito esforço e empenho o papel parental ou filial que lhes cabia, demonstrando, na sua generalidade, não serem nada se não possuíssem família.

Independentemente da região, os beneficiários valorizavam todos os momentos desde que passados em família. Contudo esses momentos retratados com entusiasmo contrastam com outros do quotidiano preenchidos com problemas, angústias, receios e inseguranças. Quer os beneficiários de Rio Tinto quer os dos Açores referiram que sentiam medo de não conseguirem aguentar o esforço que faziam no dia-a-dia para proporcionar aos filhos um futuro melhor, nem sentiam esse esforço reconhecido.

Assim, os beneficiários de ambas as regiões referiram que no futuro gostariam de ultrapassar as dificuldades actuais, ver os filhos encaminhados e serem felizes todos juntos, com comunicação e compreensão. Não perspectivam em caso algum, um futuro em que estivessem afastados.

8. Reflexão Final

Após analisados e comparados os relatos de todos os beneficiários, pudemos verificar a não existência de divergências de percepção de vida nem de expectativas em relação ao futuro, entre os beneficiários de RSI na Região Autónoma dos Açores e os do Continente, mais propriamente os de Rio Tinto.

A não existência de diferenças entre a população de duas zonas geograficamente tão diferentes é um aspecto fundamental a reter visto percebermos que as diferenças culturais, geográficas e de acesso a recursos, bem visíveis nas duas zonas, não interferem nas vivências das populações beneficiárias. Ou seja, não é por uma zona estar situada na periferia da segunda maior cidade do país, onde não há carência de nenhum serviço (social, escolar, formação, saúde) onde, comparativamente com as ilhas, se multiplicam oportunidades que vai determinar que os beneficiários tenham vivências e expectativas diferentes.

Assim, este estudo poderá orientar algum do trabalho a ser desenvolvido com estas famílias. Podemos arriscar e considerar que, provavelmente, a melhor forma seria apostar numa intervenção sistémica, que pressuponha a reestruturação dos elementos-chave da família visto a grande união existente.

Por outro lado, face aos áridos percursos de vida dos beneficiários, e o conseqüente desânimo, necessitam de apoio e orientação no caminho que devem seguir e na forma como o devem fazer. Não têm desenvolvido a capacidade de iniciativa para a mudança devido os sucessivos erros que cometeram e à desesperança enraizada nos seus comportamentos.

Deste modo, além de uma intervenção sistémica e de proximidade, necessitam de formação especializada em diversas áreas como por exemplo: auto-estima, auto-controlo, expressão de afectividade, mediação de conflitos, técnicas de resolução de problemas, sessões de recolha de informação e de acesso a serviços públicos. Estas formações teriam como objectivo dotar os indivíduos de competências, que lhes permitissem reaver o poder da sua vida de forma a se tornarem realmente autónomos.

Estas entrevistas realizadas no âmbito desta tese de mestrado podem ser consideradas como tendo um cariz interventivo e terapêutico. Permitiu que os beneficiários partilhassem experiências e sentimentos nunca antes revelados, o que reforçou ainda mais a necessidade de uma intervenção de uma proximidade.

Apesar da existência do estudo de Marujo e Neto (2007) e do que realizamos nesta tese de mestrado, esta área carece de investigação que promova um maior entendimento e esclarecimento público das particularidades dos beneficiários de RSI.

Futuras investigações nesta área seriam necessárias se vocacionadas para a família como um todo e para a vertente emocional do beneficiário, ou seja, seria necessário avaliar as competências existentes na população, que recursos internos já tinham desenvolvidos para se adaptarem programas específicos para grupos criteriosamente escolhidos. A dificuldade destes estudos prende-se sempre com as limitações temporais, económicas e burocráticas que condicionam o seu desenvolvimento.

Bibliografia

- Almeida, J. F. (2003). Integração social e exclusão social: algumas questões, *Social, 18*, 829-834
- Almeida, J. F.; Costa, A. F., Nicolau M., Capucha, L., Machado F. L., & Reis, E. (1992) *Exclusão social : factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras : Celta Editora.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benavente, A., & Correia, A. P. (1981). *Obstáculos ao Sucesso na Escola Primária*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Benavente, A., Campiche, J., Seabra, S., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola – O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim de Século.
- Brito, J., (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/ trabalho no contexto da reestruturação produtiva e precarização da pobreza. *Cadernos de Saúde Pública, 16*, 195-204.
- Buss, P. M (2007). Globalização, Pobreza e Saúde, *Ciência e Saúde Colectiva, 12*(6), 1575-1589.
- Buss, P. M (2000). Promoção da saúde e qualidade de vida, *Ciência & Saúde Coletiva, 5*(1), 163-177.
- Campino, A. C. C.; Diaz, M. D. M.; Paulani, L. M.; Oliveira, R. G.; Piola, S. F., & Nunes, A.. (1999). *Poverty and Equity in Health in Latin America and Caribbean: Results of Country-Case Studies from Brazil, Equator, Guatemala, Jamaica, Mexico and Peru*. Washington, DC: Pan American Health Organization.

-
- Capucha, L. (2000). Nós e eles cá dentro. In J. M. Pinto, A. Dornelas (Eds.), *Pobreza, exclusão : horizontes de intervenção. Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projectos de luta contra a pobreza* (pp.19-33). Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- Cardoso, E; Teixeira, M. & Ramalho, T. (2007). *Conhecer para interagir melhor em Soutelo e Rio Tinto*. Gondomar: Centro Social de Soutelo.
- Castel, R. (1999). *As metamorfoses da questão social – uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CEIES (Statistics Users Council) (1999). *Social Exclusion Statistics*, Conference Proceedings, Joint Conference, 22 de Novembro de 1999. Imac Research: Esher, RU.
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão – Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Conselho Europeu (2001) Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, a Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. *Projecto de Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social*.
- Costa, A. B. (2008) - *Um Olhar sobre a pobreza - vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Gradiva.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Comissão Nacional de Rendimento Mínimo (CNRM) (2002). *Avaliação de impactes do rendimento mínimo garantido: os beneficiários do RMG: Trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados*. Lisboa: Instituto do Desenvolvimento Social Colecção Estudos.

Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (2009 a)). Consultado online em 27 de Outubro de 2009 de http://www.cnrsi.pt/tpl_intro_destaque_iies.asp?434.

Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (2009 b)). Consultado online em 28 de Outubro de 2009 de http://www.cnrsi.pt/preview_documentos.asp?r=414&m=PDF.

Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (2009 c)). Consultado online em 28 de Outubro de 2009 de http://www.cnrsi.pt/preview_documentos.asp?r=404&m=PDF.

Decreto-lei nº13/2003 de 21 de Maio. Diário da Republica Portuguesa, I série-A.

Dias, I. (1998). Exclusão Social e violência doméstica: que relação?, *Sociologia*, 08, 189-205.

Diogo, F. (2007) - *Pobreza, Trabalho e Identidade*. Oeiras, Celta.

Esteves, M. (2000). Exclusão Social à entrada do século XXI. In J. M. Pinto, A. Dornelas (Eds.), *Pobreza, exclusão : horizontes de intervenção : debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projectos de luta contra a pobreza* (pp.19-33). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Foldvary, F. (2007). *The Depression of 2008*. Berkeley: The Guttenberg Press.

Formosinho, J. (1987). A Educação Informal da Família. In Área de Análise Social e Organizacional da Educação (Eds.), *O Insucesso Escolar em Questão* (pp.17-22). Braga: Universidade do Minho.

Garcia, J. L. (2000). *Estranhos: juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras: Celta.

-
- Gareca, S. B. (2002). Cultura, Inteligência y Fracaso Escolar. *Revista Iberoamericana de Educación*, 23, Retirado em Retirado em 27 de Janeiro de 2009 de <http://www.rieoei.org/deloslectores/1190Gareca.PDF>.
- Gerhardt, T.E. (2003). Situações de vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano, *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), 713-726.
- Giffin, K. (1994). Esfera de reprodução em uma visão masculina: Considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de género. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 4, 23-40.
- Gonçalves, C. M. (2005). Evoluções recentes do Desemprego em Portugal, *Sociologia*, 15, 125-164.
- Guerreiro, S. (1998). *Insucesso e Abandono Escolar*. Porto: Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2001). *Recenseamento Geral da População, 2001*.
- Le Grand, J. (1978). The distribution of public expenditure: The case of health care. *Economica*, 45, 125-142.
- Luz, M. (1987). Identidade masculina-feminina na sociedade brasileira actual: Crise nas representações. In *Homem Mulher: Abordagens Psicoanalíticas e Sociais* (pp. 69-86), Rio de Janeiro: Taurus.
- Marinho, A. S. N. (2009). Poverty, disability and violence, *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), pp. 21-29,

-
- Marujo, H. A. ; Neto, L.M. (2007). *Álbuns de Família de Viva Voz – Manual de Possibilidades para Construção do Futuro*. Ponta Delgada: Instituto de Inserção Social – Coordenação Regional do Rendimento Social de Inserção.
- Mourato, I. M. D. B. (2007). *A Loucura e a exclusão social, Dinâmicas do desenvolvimento local, Estudo de Caso – Uma Instituição do Norte Alentejano*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Moutinho, A., Machado, J., & Felino, L. (2006). *Rendimento Social de Inserção*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereirinha, J. (1995). Pobreza e Exclusão Social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. In Ferreira, J.M, Carvalho, M. Ferreira, Marques, R., & Raposo, R. (Eds.) *Entre a Economia e a Sociologia*. (208-232). Oeiras: Celta.
- Pinto, J. (2007). *A Desafeição pelo Trabalho – Vivência e Produto da Exclusão Social*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social*, 15 (156), 695-719.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F, Ferreira, H., Mendes, M. M, & Januário, S. (1009). A Pobreza e a Exclusão: Teorias, Conceitos e políticas sociais em Portugal, *Sociologia*, 9, 63-101.
- Rosavallon, P. (1981). *La Crise de Uetat Providence*. Paris: Seuil.

-
- Santos, S. I. D. (2005). Um Olhar sobre o Abandono Escolar no Concelho da Trofa. In B. D. Silva, & L. S. Almeida (Coords.), *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 3771-3785). Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto Educação e Psicologia da Universidade Minho.
- Scott, R. P. (1990). O homem na matrifocalidade: Género, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, 73, 38-47.
- Shelton, B. A., & John, D. (1996). The division of household labor. *Annual Review of Sociology*, 22, 299-322.
- Sil, V. (2004). *Alunos em Situação de Insucesso Escolar*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Simões-Barbosa, R., 2001. *Mulheres, Reprodução e AIDS: As Tramas da Ideologia na Atenção à Saúde das Gestantes HIV-Positivas*. Tese de Doutoramento apresentada à escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- Schnapper, D. (1994). *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard.
- Soares, M. H. S. R. F. (2009). E se o presente nos fecha os olhos para o futuro? *A inserção profissional face à exclusão socioprofissional*. Tese de mestrado de Sociologia apresentada à Universidade de Letras da Universidade do Porto.
- Spitze, G. (1988). Women's employment and family relations: A review. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 595-618.
- Thompson, L. & Walker, A. J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845-87.

Travassos, C.; Viacava, F.; Pinheiro, R. & Brito, A., (2002). Utilização dos serviços de saúde no Brasil: Género, características familiares e condição social. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 11, 365-373.

ANEXOS

Anexo 1: Guião da Entrevista

Álbuns de Família: depoimentos da experiência de vida dos beneficiários
de R.S.I

Pais

Categoria 1: Identidade da Família

A minha família é importante porque...

A minha infância....

Ser mães/pai é...

Categoria 2: Rituais

Os momentos mais importantes em família...

O meu dia-a-dia é...

Os problemas da minha família...

Categoria 3: Afectos

Quando me vejo ao espelho sinto-me...

Tenho medo...

Na família... amar e ser amado...

Categoria 4: Expectativas em relação ao futuro

Se soubesse o que sei hoje...

Sonho com...

A minha família ideal...

Álbuns de Família: depoimentos da experiência de vida dos beneficiários
de R.S.I

Filhos

Categoria 1: Identidade da Família

A minha família é importante porque...

A minha infância....

Ser filho é...

Os meus irmãos...

Categoria 2: Rituais

Os momentos mais importantes em família...

O meu dia-a-dia é...

Na minha família quando temos problemas...

Categoria 3: Afectos

Gosto de...

Quando estou triste...

Na família... amar e ser amado...

Categoria 4: Expectativas em relação ao futuro

Sonho com...

Gostava que a minha família...

Anexo 2: Pedidos de Autorização referentes ao estudo dos Açores

Artigo sobre o RSI

15 mensagens

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

27 de janeiro de 2008 21:00

Para: lenamar@fpce.ul.pt

Boa tarde,

Sou Psicóloga Clínica, na cidade do Porto, a trabalhar numa equipa de RSI e enquanto fazia uma pesquisa vi uma noticia que falava do seu estudo com esta população, estudo esse que apresentou num forum nos açores.

Fiquei muito interessada no estudo, podia-me facultar o estudo? Se nao for possivel algum artigo ou outro formato onde possa aprofundar os meus conhecimentos..

Estou a tirar mestrado em psicologia clinica e da saúde, ainda nao sei qual a tematica da minha tese, mas como estou a trabalhar na área do rsi pretendia investigar algo util para a minha pratica.

Obrigada.

Sofia Rocha

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

29 de janeiro de 2008 00:33

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

Viva!

terei todo o gosto em disponibilizar um dos livros que publicámos, mas acontece que eles são do Instituto de Acção Social do Rendimento Social de Inserção da Região Autónoma dos Açores (foram eles os editores) e por isso não estão à venda nas livrarias.

Se estivesse em Lisboa, podia requisitá-lo no biblioteca da nossa faculdade, ou mesmo combinar para eu lhe emprestar um exemplar nosso. Mas como está longe, não sei o que combinar...

O estudo foi feito com 1200 famílias representativas do arquipélago, que recebem o RSI, é fascinante (mas nós somos suspeitos a avaliar a qualidade e impacto), a própria forma de análise é inovadora, e o estudo é super completo em termos de auto-precepções sobre a vida, vistas do ponto de vista das mulheres, dos homens e dos filhos. É de uma riqueza imensa, o que estas famílias partilharam connosco!

Se tiver alguma ideia de como poderemos fazer para lhe emprestar um exemplar, diga. Pode sempre tentar contactar o IAS Social, RSI dos Açores, e ver o que lhe dizem.

Abraço

Helena Águeda Marujo

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]

Enviada: dom 1/27/2008 8:00

Para: Helena Maria Águeda Marujo

Assunto: Artigo sobre o RSI

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

29 de janeiro de 2008 10:44

Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Bom dia,

Agradeço a disponibilidade. Seria muito interessante se elaborasse um estudo semelhante aqui no distrito do porto, nomeadamente no concelho de Gondomar, freguesia de Rio Tinto, da qual faço parte da equipa de RSI.

Se for possível me emprestar um exemplar, poderia enviá-lo pelo correio (eu pago os portes) e dizer-me a data que o pretende ter de volta, que sem falta estaria aí na data indicada.

É a forma mais simples que me ocorre neste momento.

Caso contrário terei de recorrer a algum amigo que tenha em Lisboa que o vá buscar e me envie por correio na mesma.

De qualquer maneira envie-me a bibliografia da livro, por favor.

Obrigada.

Sofia Rocha

Em 28/01/08, **Helena Maria Águeda Marujo** <hamarujo@fpce.ul.pt> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt> 4 de fevereiro de 2008 12:06
Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

ENVIE-ME ENTÃO A SUA MORADA PARA LHE PODER ENVIAR O MATERIAL, MAS PARA FAZER ESSE ESTUDO DEVERÁ SEMPRE CONTACTAR O INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, NA PESSOA DA DRª REGINA RODRIGUES.

BOM CARNAVAL.

Helena Águeda Marujo

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [<mailto:sofiarrocha@gmail.com>]

Enviada: ter 1/29/2008 9:44

Para: Helena Maria Águeda Marujo

Assunto: Re: Artigo sobre o RSI

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com> 4 de fevereiro de 2008 14:07
Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Bom dia,

Vou primeiro analisar o material que me vai enviar e se, em colaboração com a orientadora da tese, decidir seguir com a investigação farei os contactos necessários. Eu vou-lhe dando o feedback por e-mail.

A minha morada é: [REDACTED]

Agradeço a atenção e o tempo dispendido. Bom Carnaval.

Sofia Rocha

Em 04/02/08, **Helena Maria Águeda Marujo** <hamarujo@fpce.ul.pt> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt> 6 de fevereiro de 2008 12:11

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

OK, logo que possa envio o material. E quem é a sua orientadora de tese? Onde está a estudar?

Cumprimentos.

Helena Águeda Marujo

Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]

Enviada: seg 2/4/2008 1:07

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

6 de fevereiro de 2008 20:16

Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Boa tarde,

Mal receba o material e o analisar vou falar com a Dra. Glória Jolluskin porque ela tem como linha orientadora o rendimento minimo de inserção. Só depois saberei se ela aceita ser minha orientadora.

Na Universidade Fernando Pessoa.

Obrigada, quando receber aviso-a.

Sofia

Em 06/02/08, **Helena Maria Águeda Marujo** <hamarujo@fpce.ul.pt> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

17 de fevereiro de 2008 19:08

Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Boa tarde,

Peço desculpa incomodar, será que me pode dar uma orientação de quando me vai enviar o material?

obrigada.

Sofia

Em 06/02/08, **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

19 de fevereiro de 2008 20:10

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

Viva!

Espero poder enviar esta quinta-feira.

Abraço

Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]
Enviada: dom 2/17/2008 6:08
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com> 27 de fevereiro de 2008 14:42
Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Boa tarde,
Recebi ontem o livro que me enviou. Agradeço desde ja. Mal possa devolvo-o.
Sofia Rocha

Em 19/02/08, **Helena Maria Águeda Marujo** <hamarujo@fpce.ul.pt> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt> 27 de fevereiro de 2008 23:05
Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

Espero que seja útil. Por lapso não enviei um exemplar de um caderno dos que foram entregues às famílias, mas nesse tem a lista das perguntas colocadas, que lhe dará uma ideia do tipo de recolha de dados feita.

Abraço

Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]
Enviada: qua 2/27/2008 1:42
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com> 16 de junho de 2008 20:35
Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Boa tarde,
Apos meses de espera pela resposta da segurança social de gondomar a minha coordenadora deixou-me avançar com a investigação.
Chegou hoje um exemplar do manual que pedi à Dra. Regina.
Envio mal possa o seu exemplar.
Obrigada pela colaboração.
Quando terminar a tese dou o feedback.

Com os melhores cumprimentos,
Sofia Rocha

2008/2/27 Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt> 18 de junho de 2008 16:30

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

òptimo!

Votos de bom trabalho.

Por favor mantenha-me informada do que vai fazendo, e ter um exemplar vai ser óptimo!

Abraço ++

Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
lenamar@fpce.ul.pt

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]

Enviada: seg 6/16/2008 8:35

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

29 de junho de 2008 23:16

Para: Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

Boa noite,

Estou a preparar o material para começar as entrevistas. Em colaboração com a minha orientadora da tese decidimos que vamos fazer as entrevistas oralmente e serão gravadas, temos elevado número de analfabetismo ou baixa escolaridade. Eu como técnica de RSI estou a contribuir para essa mudança do nível de escolaridade, mas demora a alterar.

Como com o exemplar do livro que pedi não vinha nenhum exemplar do caderno fornecido aos beneficiários, surgiu-me apenas uma dúvida: - o caderno é composto por aquelas frases incompletas e por uma página para fazer desenhos/colagens, certo? Ou era composto por outras partes?

Obrigada pela colaboração.

Sofia Rocha

2008/6/18 Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Helena Maria Águeda Marujo <hamarujo@fpce.ul.pt>

6 de julho de 2008 01:49

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

Viva!

Sim, era composto pelas frases em aberto, uma numa página para as mulheres, na página seguinte a mesma para os homens, e depois de todas as dos adultos (iguais para elemento feminino e masculino) vinham as das crianças/jovens/filhos. No final, uma folha dobro de A4 em branco (com uma rebordo apenas, como se foose uma moldura) onde se pedia que desenhassem, colassem, escervessem uma gistória ou peoam em família, e que representasse a sua família, a forma como a vêm.

O livro coemçava com um poema, de uma beneficiária do RSI, e depois tinhas as páginas com as questões exactamente como estão no livro que recebeu (apenas com alguns símbolos para tornar agradável a leitura).

Abraço e bom trabalho

Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
lenamar@fpce.ul.pt

A/C: Dra. Regina Rodrigues

Porto, 10 de Março de 2008

Exma Sra. Dra.

Venho por este meio colocar duas questões sobre o estudo feito com beneficiários de Rendimento Social de Inserção no arquipélago dos açores, do qual surgiu o “Álbum de Família de Viva Voz- Manual de Possibilidades para construção do futuro. A propósito dos dez anos de RSI”.

Sou Psicóloga (Ramo: Clínica) e trabalho na equipa ADG2 de Rio Tinto, de Rendimento Social de Inserção, pertencente ao NLI de Gondomar.

Entrei em contacto via e-mail com a Dra. Helena Marujo sobre este estudo. Ela teve a amabilidade de me emprestar um exemplar do livro que lhe pertence para eu aprofundar o conhecimento sobre o estudo em questão. É possível adquirir um exemplar deste livro? Caso seja possível, diga-me como posso proceder.

Em segundo lugar, estou a tirar o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Fernando Pessoa onde me licenciarei. Visto estar a trabalhar directamente no RSI, para a minha tese pensei abordar um tema neste âmbito pois seria muito útil para a minha prática e mais motivador de realizar. Na Universidade a Professora Doutora Glória Jóluskin é a minha orientadora da tese e estamos interessadas em fazer um estudo semelhante ao vosso mas com a população de Rio Tinto beneficiária de RSI. Venho deste modo pedir autorização. Se for necessário o cumprimento de algum procedimento para a obtenção da autorização, será efectuado. Peço por favor que me digam como proceder.

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Raquel Rocha

regina.m.rodrigues <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

27 de março de 2008
15:39

Para: sofiarrocha@gmail.com

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

28 de março de 2008 13:08

Para: "regina.m.rodrigues" <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

Bom dia,

Por motivos profissionais não é possível me deslocar a Viana do Castelos nos referidos dias, assim sendo, confirmo a morada [REDACTED]

Agradeço a autorização para a elaboração de um estudo semelhante para precisamente podermos as semelhanças, ou não, entre as populações. Mal a tese esteja finalizada será enviado um exemplar.

Obrigada pela atenção e consideração.

Sofia Rocha

Em 27/03/08, **regina.m.rodrigues** <regina.m.rodrigues@seg-social.pt> escreveu:

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando

nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

20 de abril de 2008 13:03

Para: "regina. m. rodrigues" <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

Boa tarde Dra. Regina,
Por favor, pode-me informar quando me consegue enviar o material pedido?
Com os melhores cumprimentos,
Sofia Rocha

Em 28/03/08, **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com> escreveu:

Bom dia,

Por motivos profissionais não é possível me deslocar a Viana do Castelos nos referidos dias, assim sendo, confirmo a morada [REDACTED]

Agradeço a autorização para a elaboração de um estudo semelhante para precisamente podermos as semelhanças, ou não, entre as populações. Mal a tese esteja finalizada será enviado um exemplar.

Obrigada pela atenção e consideração.

Sofia Rocha

Em 27/03/08, **regina.m.rodrigues** <regina.m.rodrigues@seg-social.pt> escreveu:

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas

solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

8 de junho de 2008 20:31

Para: regina.m.rodrigues@seg-social.pt

Boa Tarde,

Venho por este meio comunicar que finalmente a minha coordenadora da NLI de Gondomar, a Dra. Judite Regueiras, deu-me autorização para avançar com o meu estudo, agora estou presa porque me falta o material que referiu por enviar.

Solicito que me informe, por favor, se já enviou ou se o pode enviar com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Rocha

[Redacted]

----- Forwarded message -----

From: **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com>

Date: 2008/4/20

Subject: Re: Manual do "Album de Familia - de Viva Voz"

To: "regina. m. rodrigues" <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

Boa tarde Dra. Regina,

Por favor, pode-me informar quando me consegue enviar o material pedido?

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Rocha

Em 28/03/08, **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com> escreveu:

Bom dia,

Por motivos profissionais não é possível me deslocar a Viana do Castelos nos referidos dias, assim sendo, confirmo a morada [Redacted].

Agradeço a autorização para a elaboração de um estudo semelhante para precisamente podermos as semelhanças, ou não, entre as populações. Mal a tese esteja finalizada será enviado um exemplar.

Obrigada pela atenção e consideração.

Sofia Rocha

Em 27/03/08, **regina.m.rodrigues** <regina.m.rodrigues@seg-social.pt> escreveu:

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

regina.m.rodrigues <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

11 de junho de 2008

11:54

Para: Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

Bom Dia

Não sei o que se passou com os seus mail anteriores, pois não os recebi. Levei para Viana do Castelo um exemplar pensando que ia aparecer, mas acabei por deixá-lo às colegas. Estava convencida que tinha desistido de fazer o trabalho. Vou remetê-lo hoje pelo correio e espero que chegue nos prazos previstos.

Agradeço que me envie depois uma cópia do seu trabalho para o seguinte endereço: **Regina Rodrigues, Rua Almirante Botelho de Sousa, Edifício da Segurança Social, 5.º andar – 9500-158 Ponta Delgada**

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

De: Sofia Rocha [mailto:sofiarrocha@gmail.com]
Enviada: domingo, 8 de Junho de 2008 19:32
Para: regina.m.rodrigues@seg-social.pt
Assunto: Fwd: Manual do "Album de Familia - de Viva Voz"

Boa Tarde,

Venho por este meio comunicar que finalmente a minha coordenadora da NLI de Gondomar, a Dra. Judite Regueiras, deu-me autorização para avançar com o meu estudo, agora estou presa porque me falta o material que referiu por enviar.

Solicito que me informe, por favor, se já enviou ou se o pode enviar com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Rocha

----- Forwarded message -----

From: **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com>
Date: 2008/4/20
Subject: Re: Manual do "Album de Familia - de Viva Voz"
To: "regina. m. rodrigues" <regina.m.rodrigues@seg-social.pt>

Boa tarde Dra. Regina,

Por favor, pode-me informar quando me consegue enviar o material pedido?

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Rocha

Em 28/03/08, **Sofia Rocha** <sofiarrocha@gmail.com> escreveu:

Bom dia,

Por motivos profissionais não é possível me deslocar a Viana do Castelos nos referidos dias, assim sendo, confirmo a morada [REDACTED]

Agradeço a autorização para a elaboração de um estudo semelhante para precisamente podermos as semelhanças, ou não, entre as populações. Mal a tese esteja finalizada será enviado um exemplar.

Obrigada pela atenção e consideração.

Sofia Rocha

Em 27/03/08, **regina.m.rodriques** <regina.m.rodriques@seg-social.pt> escreveu:

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

Sofia Rocha <sofiarrocha@gmail.com>

16 de junho de 2008 20:18

Para: "regina.m.rodriques" <regina.m.rodriques@seg-social.pt>

Boa tarde,

Agradeço o envio do manual, chegou hoje.

Vou tratar de fazes o meu estudo nos próximos meses. Quando o tiver finalizado aviso antes de o enviar.

Fico desde já disponível para qualquer questão a qualquer momento.

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Rocha

2008/3/27 regina.m.rodriques <regina.m.rodriques@seg-social.pt>:

Boa Tarde

Relativamente ao seu pedido para a cedência do Manual mencionado em epígrafe, temos o grato prazer em disponibilizar-lhe um exemplar. Existem duas hipóteses de o poder receber: ou enviamos via correio (e aí confirma-me se é para a morada que consta no seu ofício) ou dar-lhe o documento pessoalmente uma vez que vou estar nos dias 14 e 15 de Maio do corrente ano (perto do Porto) em Viana do Castelo (mais concretamente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo) participando nas XIV Jornadas "Inventar a Intervenção na Família Multiproblemática" promovidas pela CAF, IPSS local.

Quanto ao pedido de poderem realizar um estudo semelhante, nada temos a opor. Apenas solicitava que me enviassem o vosso documento final para fazer uma análise comparativa relativamente aos resultados do mesmo. Será que os nossos beneficiários são muito diferentes ou existirão muitas semelhanças? Seria muito interessante esta reflexão.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Rodrigues

Coordenadora Regional do RSJ

Instituto de Acção Social

Anexo 3: Pedido de Autorização ao Centro Distrital de Segurança Social do
Porto

Exma. Coordenadora do

Núcleo Local de Inserção de Gondomar

Dra. Judite Regueiras

3-10-08

Agradecimento do R. Tinto
01-07-08
M.ª FÁTIMA FERREIRA PINTO
Directora do Núcleo de
Inserção de Famílias e Territórios

M.ª FERNANDA RODRIGUES DE CARVALHO GUERRA
Directora da Unidade de Desenvolvimento Social

Porto, 19 de Junho de 2008

Assunto: Pedido de Autorização para a Realização de Estudo no âmbito de
Dissertação de Mestrado

*Unidade de
Desenvolvimento
Social
20.07.10
Unidade*

Iniciando pela minha apresentação sou Psicóloga (Ramo: clínica) na equipa do
Rendimento Social de Inserção (R.S.I.) da Freguesia de Rio Tinto (ADG2) pertencente
ao Núcleo Local de Inserção de Gondomar. Estou a frequentar o Mestrado Integrado
em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Fernando Pessoa, onde me
licenciei.

Para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde é me
exigida a elaboração de uma dissertação num tema à minha escolha. Visto trabalhar
na equipa de RSI, decidi elaborar um estudo de forma a dar uma contribuição científica
nesta área e de contribuir positivamente para um conhecimento mais aprofundado na
população com quem trabalho. Desta investigação poderão surgir linhas orientadoras
para a elaboração de programas de intervenção comunitários.

*As 09h11 por
almorçar e
para finalizar
a reunião
07.07.10*

Em 2003 foi realizado um estudo com 1200 famílias representativas do
arquipélago do Açores, que recebem o R.S.I., onde foram recolhidas as auto-
precepções sobre a vida do ponto de vista das mulheres, dos homens e dos filhos
beneficiários de R.S.I.. Escolhi replicar este estudo com a população do continente,
nomeadamente com as famílias com quem contacto, com objectivo de comparar a
realidade no continente e na região autónoma dos Açores. A Dissertação de mestrado
será orientada pela Doutora Glória Jollúskin (docente na Universidade Fernando

M.ª FERNANDA RODRIGUES DE CARVALHO GUERRA
Directora da Unidade de Desenvolvimento Social

Unidade de Desenvolvimento Social

UPS

Reg. Nº 8911

Data 07/07/2008

Sulcine

Pessoa). A replicação do estudo já foi previamente autorizada, quer pelas autoras, quer pela Acção Social do Rendimento Social de Inserção da Região Autónoma dos Açores que o editou.

Venho por este meio solicitar autorização para a elaboração deste estudo garantindo a confidencialidade dos dados e cumprindo todas as normas éticas e deontológicas inerentes a um estudo desta natureza.

Fico desde já disponível para qualquer esclarecimento adicional. O parecer sendo positivo, no final da tese enviarei o resultado do estudo através de um exemplar da Dissertação.

Agradeço a atenção dispendida.

Com os melhores cumprimentos,

A Psicóloga

Sofia Raquel Rocha

(Sofia Raquel Rocha)

03/07/06

Penso-me ser de realizar o debate de ^{questões éticas} ~~questões~~ identificadas, desde que o técnico tem disponibilidade e a sua actuação profissional com integridade e honestidade, preenchendo-me porque as condições de confidencialidade e honestidade sejam devida garantidas.

Devido a isso, eu não copio de Teófilo para, podendo ser definidas as regras de intervenção no domínio da pesquisa, tanto quanto possível, para a ética investigativa.

condição de NLI de acordo com o código de ética

Anexo 4: Consentimento informado dos participantes

Estudo sobre as experiências de vida e as expectativas futuras dos beneficiários

Pedimos a sua colaboração para formar parte de uma pesquisa dirigida pela Dra Sofia Rocha, com o objectivo de estudar experiências de vida e as expectativas futuras dos beneficiários.

Os dados recolhidos pela presente entrevista serão analisados conjuntamente com a informação recolhida através de outras entrevistas, e nunca de forma individual. Garantimos, também, o anonimato da sua participação e a confidencialidade da informação aqui expressa. As suas respostas serão utilizadas unicamente com fins de investigação.

Por favor, ao responder a esta entrevista lembre que apenas estamos interessados na sua opinião, pelo que não existem respostas verdadeiras nem falsas.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Família Nº _____

Entrevistado nº1 _____

Entrevistado nº2 _____

Entrevistado nº3 _____

Entrevistado nº4 _____

Entrevistado nº5 _____